



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 110ª Reunião Ordinária, realizada em 08 de agosto de 2019

1 Em 08 de agosto de 2019, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional
2 Colegiada Jequitinhonha (URC JEQ) do Conselho Estadual de Política
3 Ambiental (COPAM), na Sala 03 do 3º Batalhão da Polícia Militar de Minas
4 Gerais - Rua Pedro Duarte, s/n, Romana, Diamantina/MG. Participaram os
5 seguintes membros titulares e suplentes: Presidente Suplente Eliane
6 Piedade Alves Machado, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
7 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Representantes do Poder
8 Público: Cayle José Martins, da Secretaria de Estado de Agricultura,
9 Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Rodrigo da Silva Goes, da Secretaria
10 de Estado de Educação (SEE); Leandro Ângelo Teixeira, da Secretaria de
11 Estado de Educação (SEE); Dalmo Gonçalves Costa, do Instituto Mineiro
12 de Agropecuária (IMA); Henrique Moreira de Melo Silva, do Ministério
13 Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); 2º Sargento PM Antônio
14 Nogueira Lopes, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais (PMMG);
15 Carla Fernanda de Araújo, da Prefeitura do Município-sede da URC/JEQ;
16 Bruna de Souza Otoni, do Comitê de Bacia Hidrográfica da Unidade
17 Regional Colegiada Jequeri (CBH JQ2). Representantes da Sociedade
18 Civil: Denise Bernardes Couto, Federação das Indústrias do Estado de
19 Minas Gerais (FIEMG); Ricardo Maia Durães, da Federação da Agricultura
20 e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Flávio José Fernandes
21 Pires, da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do
22 Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Márcia Elisa Rocha Santos, do
23 Conselho Municipal de Meio Ambiente - CODEMA - de Diamantina/MG;
24 Alex Mendes Santos, Caminhos da Serra - Ambiente, Educação e
25 Cidadania; Talles Guedes de Matos, Sociedade Amigos do Tabuleiro;
26 Nathália Bastos do Vale Brito, Universidade do Estado de Minas Gerais
27 (UEMG); Emerson Sales Pereira, do Conselho Regional de Engenharia e
28 Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG). **Assuntos em pauta. 1)**
29 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente Suplente
30 Eliane Piedade Alves Machado: “Bom dia a todos e a todas. Para dar início
31 à 110ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha,
32 convido a todos os presentes para se posicionarem para a Execução do
33 Hino Nacional brasileiro.” **2) ABERTURA.** Presidente Suplente Eliane
34 Piedade Alves Machado: “Senhores conselheiros, conselheiras, demais
35 presentes, sejam muito bem-vindos. Cumprimento a todos, já agradecendo
36 pela participação, pela presença de vocês. Temos aqui hoje na plateia
37 participantes que com certeza vieram motivar, participar da reunião

38 motivados pela discussão, (inaudível) público, de uma temática ambiental
39 de interesse regional. Mais tarde falaremos sobre ela. Sejam então todos
40 muito bem-vindos à nossa reunião da URC. Ela hoje incorpora com muita
41 satisfação a 9ª Reunião do Programa Diálogos com o SISEMA, que agora
42 em 2019 traz, tem uma tradição inovadora, que é de abrir e estender esse
43 debate público para o interior do estado, considerando que o programa foi
44 criado em 2017, e ele até então estava sendo realizado só em Belo
45 Horizonte. Então nós temos hoje o privilégio de sediar a 9ª reunião aqui do
46 Diálogos Com o SISEMA, que vai fazer aqui um debate público sobre os
47 impactos da mineração do Rio Jequitinhonha. E nós hoje também temos
48 aqui o privilégio de ter conosco aqui na URC o Subsecretário de
49 Fiscalização Ambiental da SEMAD, Doutor Robson. Doutor Robson Lucas
50 da Silva, a equipe dele está aqui também auxiliando nesse debate, que vai
51 ser conduzido pela diretoria de educação ambiental e relações
52 interinstitucionais do SISEMA. Então vou passar a palavra aqui para o
53 nosso representante aqui, doutor Robson, subsecretário (inaudível).”
54 Robson Lucas da Silva, SEMAD: “Boa tarde a todos. É muita satisfação de
55 ter recebido convite para participar deste evento. Eu ressalto a importância
56 primeiro do trabalho que vocês executam no âmbito da URC, ressaltando
57 que o julgamento adequado dos processos contribui sensivelmente para o
58 alcance dos nossos objetivos, que é conseguir o respeito ao meio
59 ambiente, respeito às normas, conciliando com o desenvolvimento
60 sustentável, e a participaram vocês, examinando os processos,
61 contribuindo para a consolidação de entendimentos, de teses, isso facilita
62 o trabalho de fiscalização o trabalho de regularização. E, para a sociedade
63 como um todo, a gente tem a efetivação da norma, contribuindo para a
64 redução do sentimento de impunidade daqueles que desavisadamente
65 descumprem as normas e infelizmente tem que se deparar possivelmente
66 com os efeitos desses descumprimentos. Então, na medida em que a
67 gente consegue lidar, regular a tramitação a todos os processos e aplicar
68 efetivamente a norma, e respeitar, que é o mais importante, os princípios
69 do contraditório e da ampla defesa, o que se consolida aqui neste
70 momento de julgamento final, isso é uma contribuição inestimável de todos
71 os senhores que aqui participam. Nós também teremos mais ao final a
72 oportunidade de participarmos do programa Diálogos com o SISEMA, que
73 também tem por objetivo propiciar a participação da sociedade organizada,
74 das organizações sociais, da população como um todo, trazendo, de
75 acordo com a temática colocada, as contribuições, os pontos críticos, de
76 modo a contribuir com o nosso trabalho. Então, eu desejo a todos uma
77 ótima tarde de trabalho, renovando mais uma vez os cumprimentos pelo
78 trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo do tempo. Obrigado.”
79 Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado: “Obrigada, Robson.
80 Bom, só lembrando aos participantes que temos uma lista de presença

81 relativa ao debate Diálogos com o SISEMA, nós pedimos a todos o favor, a
82 gentileza de assinarem para nós. **3. COMUNICADO DOS**
83 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS** Presidente Suplente Eliane
84 Piedade Alves Machado: “Bom, dando sequência à pauta da nossa
85 reunião, vamos para o item 03, Comunicado dos Conselheiros e Assuntos
86 Gerais. Nós temos 30 minutos destinados a este item. Eu já gostaria de
87 abrir os comunicados, lembrando aqui aos que ainda não, anunciando
88 àqueles que ainda não sabem, que a nova Superintendente da Supram
89 Jequitinhonha, Cândida Cristina, foi nomeada recentemente. Então em
90 nome da URC, desejo a ela sucesso na gestão e que ela tenha um bom
91 desempenho e bons resultados à frente da Supram Jequitinhonha,
92 considerando a nomeação recente, mas ela não é recente na Supram
93 Jequitinhonha. Desde a criação da Supram que a Cristina já vem
94 trabalhando na superintendência desenvolvendo outras atividades na área
95 administrativa. Então nós já conhecemos a competência, a dedicação e o
96 empenho dela, e a gente tem certeza que ela fará uma excelente gestão
97 nas políticas para o Jequitinhonha. Então, nossos cumprimentos e boa
98 sorte, Cristina. A palavra está aberta, conselheiros” Conselheiro Alex
99 Mendes Santos: “Boa tarde. Queria parabenizar a Cristina, acho que é
100 muito merecido e acredito que você (inaudível) competência aí durante
101 essa (inaudível) você se dedicou às reuniões, procurava informação, então
102 acho que a gente tem muito a ganhar. (Inaudível) demorou um pouco, mas
103 (inaudível). Eu queria colocar a questão aqui das três PCHs do rio
104 Paraúna. A gente já vem falando desse processo, que a gente estava
105 vendo, os estudos aconteceram sem um acompanhamento, a gente até
106 solicitou, mas como não tinha (inaudível) na Supram, ele acabou, a gente
107 não podendo analisar. E agora o processo, ele entrou, teve um pedido de
108 audiência, está perto a audiência, solicitação de audiência pública. E hoje
109 infelizmente a gente fica sabendo, se não é o empreendedor que me avisa,
110 eu nem sabia dessa questão da abertura de audiência. É aquela discussão
111 que a gente fala, o quanto a gente perdeu com o retorno e a centralização
112 (inaudível) dessas questões mais regionais, da análise regional. Bom, o
113 empreendimento é o mesmo que a gente já discutiu aqui na Supram
114 durante muito tempo, que antes era da (inaudível), são três PCHs em
115 Cascata, no rio Paraúna, na região das (inaudível) do Paraúna, que é uma
116 região pra gente de muita relevância, que é o corredor ecológico, ali uma
117 área inóspita. E não sei se estrategicamente, mas o processo era, entrou
118 aqui e agora ele entrou em Belo Horizonte, então está sendo analisado em
119 Belo Horizonte. Então, eu queria ver a possibilidade, a gente discutiu aqui,
120 à época o presidente disse que verificaria a melhor forma, haveria uma
121 apresentação aqui para os conselheiros, uma vez que muitos aqui
122 conhecem o processo, a gente discutiu muito. É um processo complicado
123 porque hoje, como a gente já teve aqui discutindo, a CEMIG tem uma, que

124 era central hidrelétrica, está completamente assoreada. Nunca foi
125 licenciada, tem um processo de licença corretiva há dez anos, e com o
126 grande problema que é o assoreamento total da represa. Isso tem causado
127 vários problemas para o rio Paraúna. Agora eles vão fazer mais três à
128 montante dessa barragem. Então a gente já tem uma, agora tem essa
129 proposta de se criar mais três. Então esse é o grande questionamento
130 nosso. O rio Paraúna, ele tinha uma sedimentação, um volume de carga
131 de recebimento muito grande, e isso não resolve. (Inaudível) PCH da
132 CEMIG e eles não conseguem resolver esse problema. Então eu queria
133 colocar em discussão aqui essa possibilidade, também se os conselheiros
134 entenderem que seja legal, para que a gente possa ter um suporte técnico
135 maior para (inaudível) audiência pública, porque lá (inaudível) não tem
136 esse corpo técnico capaz de fazer todas as análises, então eu queria um
137 apoio mesmo por conta da Supram, já que a área envolve municípios
138 ligados aqui, tanto Conceição quanto Gouveia, (inaudível) Santana do
139 Pirapama, onde eles locaram o empreendimento, a casa de força. Então,
140 queria solicitar esse apoio e essa discussão aqui da possibilidade de uma
141 análise de trazer uma apresentação pra que a gente possa avaliar esse
142 projeto.” Cândida Cristina Barroso, Supram/JEQ: “Boa tarde. Eu agradeço
143 as manifestações, coloco à disposição na Supram todos vocês, o que
144 vocês precisarem. Sobre esse empreendimento, Alex, eu já conversei com
145 o Rodrigo Ribas, e a intenção é fazer uma audiência pública em Gouveia,
146 para facilitar para a população participar. E se tiver também essa
147 necessidade, a gente pode pedir, fazer esse encaminhamento para fazer
148 uma apresentação do projeto aqui, na URC. É só uma data, porque a
149 nossa próxima reunião está marcada para novembro? Está bem longe,
150 né? Mas o processo está sendo analisado lá, (inaudível) mas eu posso
151 articular sim, provavelmente nós vamos ter uma reunião extraordinária
152 nesse meio tempo, de agosto até novembro, aí a gente (inaudível). Aí eu
153 só vou pedir, gente, para o pessoal da área técnica, da informática, eles
154 estão pedindo para a gente falar, manifestar no microfone, falar bem
155 próximo para a gente poder conseguir gravar, porque (inaudível) não está
156 ficando muito boa muito longe do microfone.” Presidente Suplente Eliane
157 Piedade Alves Machado: “A palavra continua aberta.” Conselheiro Alex
158 Mendes Santos: “Eu queria saber, Cristina, talvez na uma apresentação,
159 porque talvez têm muitos conselheiros que não vão ter interesse na
160 apresentação, mas eu acho que uma, eu queria muito era uma análise
161 técnica mesmo, a gente sentar e fazer análise de todo o processo, sabe?
162 Na época a gente discutiu, Ministério Público, a SEAPA através do Vagner
163 também conhece bem, talvez os mais novos não vão ter interesse no
164 processo, (inaudível) Então a ideia seria nem talvez uma reunião, mas um
165 encontro técnico, com ajuda dos técnicos da Supram para analisar,
166 levantar algumas questões (inaudível).” Cândida Cristina Barroso,

167 Supram/JEQ: “A equipe que vai analisar o processo é a equipe da
168 SUPPRI, não é a equipe da SUPRAM Jequitinhonha, porque o projeto está
169 em Belo Horizonte sendo analisado. Mas eu posso conversar com o
170 Rodrigo e ver de que forma que a gente pode envolver os técnicos daqui, a
171 gente pode fazer parte também da equipe, e fazer isso aí, unindo forças
172 também, tá? (Inaudível) como está sendo feita essa análise, as etapas da
173 análise, vistoria, os desdobramentos da vistoria. A gente vai colocando
174 vocês à par, tá?” Robson Lucas da Silva, SEMAD: “Senhores, a respeito
175 deste último tema, ao que tudo indica, ele tem repercussões, está sendo
176 gerenciado pela Superintendência de Projetos Prioritários lá em Belo
177 Horizonte e eu assumo o compromisso aqui de envidar todos os esforços
178 para que a gente consiga compatibilizar todos os procedimentos e
179 preservar, também, interesse de todos e dar resposta o mais breve
180 possível.” Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado: “Mais
181 alguma manifestação dos conselheiros? Nada acontecendo, conselheiros?
182 Na sua área de atuação. (Inaudível) essa semana teve, começou a
183 acontecer aqui na região o debate do Pacto das Águas (inaudível). **4.**
184 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE**
185 **AUTOS DE INFRAÇÃO** Presidente Suplente Eliane Piedade Alves
186 Machado: “Bom, então vamos dar sequência aqui à nossa pauta. Vamos
187 entrar aqui no item 04, Processos Administrativos para Exame de Recurso
188 de Autos de Infração. Esse item nós temos 14 processo de autos de
189 infração, todos eles com a sugestão e a conclusão pela aplicação das
190 penalidades. Aí eu pergunto aos conselheiros se da parte dos senhores
191 tem algum destaque para algum desses processos. Nenhum? Bom, nós
192 temos aqui então a inscrição de manifestação de Márcio José Firmino, que
193 pediu para se manifestar com relação aos processos 4.1, Serviço de
194 Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais, COPANOR;
195 4.8, Companhia de Saneamento de Minas Gerais, COPASA; e o 4.9
196 também, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, COPASA; e o
197 4.13, Serviço de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas
198 Gerais. Antes que ele, Márcio, antes que você faça os destaques, eu vou
199 colocar aqui já em votação em bloco, considerando que não houve
200 nenhum destaque, dos itens 4.2; 4.3; 4.4; 4.5; 4.6; 4.7; 4.10; 4.11; 4.12;
201 4.14. Conselheiros e conselheiras favoráveis ao indeferimento do recurso
202 destes processos que eu acabei de listar, conforme parecer único da
203 SUPRAM Jequitinhonha, permaneçam como estão.” Conselheira Denise
204 Bernardes Couto: “Todos os itens, já como de praxe, no caso nós
205 entendemos que a correção monetária, a incidência da correção monetária
206 deve correr, a tabela da corregedoria do Tribunal de Justiça que deveria
207 ser aplicada, e não a taxa SELIC. Já é entendimento que a gente vem não
208 só aplicando e expondo em diversas outras reuniões. Só para deixar
209 registrado em ata.” Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado:

210 “Você quer fazer algum esclarecimento (inaudível)?” Não se identificou:
211 “Boa tarde (inaudível). Em relação a essa colocação da conselheira, a
212 gente (inaudível) então a gente (inaudível) da taxa SELIC (inaudível) a
213 partir do 11º dia da lavratura do auto de infração. Os anteriores a isso é
214 que a gente tem a correção monetária da corregedoria geral de Justiça, e
215 a partir de 2015, a taxa SELIC.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “A
216 gente (inaudível) até o 21º dia antes da decisão definitiva, a aplicação para
217 nós tem que ser com a taxa da Corregedoria do Tribunal de Justiça. A
218 partir do 21º dia dessa decisão definitiva, aí que nós entendemos que é
219 (inaudível) da taxa SELIC. É um entendimento mesmo”. Não se identificou:
220 “Nós estamos (inaudível) com essas colocações todas, igual você colocou,
221 está sendo colocada em várias reuniões em várias regiões, das regionais
222 da URC, a SEMAD está verificando aí como é que vai adequar, porque
223 nós estamos com dois decretos, um vigente na (inaudível) e o vigente
224 depois (inaudível). Então a SEMAD está (inaudível) adequar esse
225 entendimento (inaudível)” Presidente Suplente Eliane Piedade Alves
226 Machado: “Ok. Obrigado, Rosana. Conselheiros, recapitulando então, em
227 votação, agora não cabe discussão. Em votação. Conselheiros favoráveis
228 ao deferimento do recurso nos termos do parecer da SUPRAM nos itens
229 4.2; 4.3; 4.4; 4.5; 4.6; 4.7; 4.10; 4.11; 4.12; 4.14, permaneçam como
230 estão.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Voto contrário, já as razões
231 já foram explanadas. Gostaria que fosse constado em ata.” Presidente
232 Suplente Eliane Piedade Alves Machado: “Está registrado, conselheira.
233 Bom, então agora eu peço o senhor Márcio José Firmino para as suas
234 manifestações com relação aos quatro processos para os quais o senhor
235 pediu destaque.”. Márcio Firmino, Copasa: “Boa tarde. Estou aqui
236 representando a COPASA. Sou advogado lá. E o que acontece? Nesse
237 momento específico, eu agradeço a oportunidade de estar aqui falando
238 para vocês. No primeiro item, é o 4.1, que foi o auto de infração 135838,
239 em face da COPANOR, é o seguinte, de acordo com a defesa que o
240 jurídico elaborou, o sistema de esgotamento sanitário, ele é um serviço
241 muito complexo pra gente estar tratando. A gente (inaudível) foi muito bem
242 abordado pelo senhor aqui, senhor secretário, ele falou no caso do
243 desenvolvimento sustentável e a preocupação que a gente tem como o
244 meio ambiente (inaudível). São duas coisas que no primeiro momento que
245 você vê que eles se distanciam, mas hoje em dia com essa dificuldade que
246 a gente tem no abastecimento no Brasil todo, a gente já percebe que são
247 poucos os municípios que conseguem apresentar um desenvolvimento
248 sustentável tanto para abastecimento de água quanto para o serviço de
249 esgotamento sanitário, o que a gente percebe é o que? Que essas multas,
250 elas num primeiro momento, quando, vamos por aqui no caso da infração,
251 ou seja, da COPASA, da COPANOR, ele comete esse auto? A gente
252 verifica que sim, esse estado tem esse papel punitivo e, na verdade, a

253 punição é o que? É demonstrar no primeiro momento para a pessoa não
254 continuar praticando aquele ato. Só que por outro lado também, a gente
255 verifica o seguinte, no caso específico da COPANOR, como é uma
256 empresa que ela depende única e exclusivamente da tarifa social, essas
257 multas, quando elas são imputadas excessivamente à COPANOR, e ela
258 tem que pagar com as correções, o quê que a gente tem que verificar? É
259 que quando paga uma multa, o dinheiro que está pagando essa multa, ele
260 não reverte em favor da população, que no caso é para o abastecimento
261 de água para cuidar das (inaudível) para cuidar dos reservatórios e cuidar
262 também do sistema de abastecimento de água. O que a COPASA e a
263 COPANOR verificam é o que? No primeiro momento, poderia haver uma
264 notificação, para o que? Para consertar, porque todas as vezes que há
265 uma notificação ela vai, já tem as pessoas qualificadas para irem resolver
266 o problema. Agora, o que acontece às vezes é o que? Já chega uma
267 multa, ela faz a defesa, depois a defesa geralmente não é acatada, ela
268 (inaudível) e também não é acatada. Então, assim, nesse momento
269 também, como e trata de licença de serviço público complexo, então,
270 assim, a gente solicita de vocês que verifiquem isso com mais carinho.
271 Claro, sempre o trabalho de vocês mesmo é de uma punição mesmo mais
272 severa, para quê? Para não continuar cometendo aquele ato. Mas só que,
273 assim, nesse momento a gente solicita mesmo no caso em relação à
274 COPASA, porque é uma empresa que está tendo um déficit muito grande,
275 a gente está com várias liminares lá para fazer (inaudível), para fazer
276 (inaudível) sistema de abastecimento de água, e esse valor, ele impacta
277 muito contra a empresa, porque a empresa tem muito gasto. Então, assim,
278 eu agradeço e solicito mesmo que vocês olhem com muito carinho esses
279 pontos que foram descritos aqui. Obrigado.” Presidente Suplente Eliane
280 Piedade Alves Machado: “Obrigada, Márcio. Rosane, Coordenadora do
281 Núcleo de Autos de Infração, quer se manifestar em relação...?”. Rosane
282 de Moraes, Supram/JEQ: “Não, eu vou colocar só a questão jurídica, o
283 diretor de fiscalização também, se ele quiser colocar alguma questão
284 (inaudível) dessas situações que vêm sendo muito recorrentes na
285 COPASA. Mas a questão jurídica é que a gente recebe o auto de infração
286 lavrados pelos vários reforços da SEMAD, Polícia Militar, (inaudível), mas
287 Polícia principalmente, (inaudível) autos de infração decorrentes dos
288 mesmos motivos, lançamento de efluente ou no curso d’água, ou no solo
289 (inaudível), então a gente tem entendido que reiteradas infrações, isso é
290 objeto de que? De descuido por parte da COPASA, COPANOR, que não
291 têm tido devido cuidado. Ou se eles são advertidos (inaudível) não são
292 tomadas de imediato, e tanto a legislação federal ou estadual é proibido
293 lançamento de efluente no curso d’água se tratamento, não é? Então por
294 isso que a gente vem mantendo esses autos de infração. A gente sabe
295 que é dispendioso, é um trabalho de utilidade pública, mas a gente como

296 jurídico, a gente tem que cumprir o dever também. Então por isso a gente
297 tem mantido esses autos de infração. É muito frequente o descuido da
298 COPASA com os (inaudível).” Não se identificou: “(Inaudível) Diretoria de
299 Fiscalização. Boa tarde a todos. Com relação a essa questão da COPASA,
300 COPANOR, o procedimento da Diretoria de Fiscalização, bem como da
301 Polícia Militar de Meio Ambiente é que, uma vez constatada degradação
302 ambiental, devem ser aplicadas as penalidades conforme previsto no
303 decreto estadual 47383, inclusive com renovação do decreto, com
304 possibilidade da multa diária, porque uma vez que você tem uma
305 degradação no decorrer do tempo. Então, assim, o que a gente observa
306 então é realmente bastante descuido por parte dessas empresas, não só
307 também COPASA e COPANOR, como também (inaudível) em relação ao
308 controle dos equipamentos de tratamento de esgoto, (inaudível). Então fica
309 muito difícil, não tem como a fiscalização agir de forma diversa do que tem
310 feito até então. É isso.” Presidente Suplente Eliane Piedade Alves
311 Machado: “Obrigada, (inaudível). Conselheiros, em discussão esses quatro
312 itens, considerando a manifestação por parte da COPASA e esses
313 esclarecimentos por parte da SUPRAM Jequitinhonha. Nenhum
314 comentário ou consideração? Então coloco em julgamento. Conselheiros
315 favoráveis ao indeferimento do recurso nos termos do parecer único da
316 SUPRAM dos itens 4.1; 4.8; 4.9; 4.13, permaneçam como estão.”
317 Conselheira Denise Bernardes Couto: “Peço que registre o posicionamento
318 anterior da questão da correção monetária (inaudível).” Presidente
319 Suplente Eliane Piedade Alves Machado: “Será registrado, conselheira.
320 Bom, conselheiros, então encerramos aqui a primeira parte da pauta, da
321 110ª reunião ordinária da URC Jequitinhonha. **5. Apresentação**
322 **Institucional: Programa “Diálogos com o SISEMA”. O Impacto da**
323 **Mineração no Rio Jequitinhonha. Apresentação: SUFIS/SEMAD.**
324 Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado: “Nós então
325 iniciaremos agora a apresentação institucional obre o Programa Diálogos
326 com o SISEMA, traz a temática Impacto da Mineração no Rio
327 Jequitinhonha e que será feito aqui, o debate será conduzido pela Diretoria
328 de Educação Ambiental e Relações Institucionais, através da nossa colega
329 Dayse Vilas Boas. Ah, o Robson quer falar primeiro.” Robson Lucas da
330 Silva, SEMAD: “Senhores, desculpe o excesso de intervenção, mas
331 acompanhando a dinâmica da pauta e avaliando que a natureza das
332 irregularidades chamam atenção dois pontos, que necessariamente o
333 estado tem que resolver, primeiro a postura da representante da FIEMG n
334 que diz respeito às dúvidas sobre a incidência de atualização, qual índice
335 que seria, a tabela da corregedoria geral de justiça, a partir de qual data,
336 ou seria a taxa SELIC. Penso que para dar uma segurança jurídica aos
337 trabalhos, isso tem que ser efetivamente superado, e então como
338 providência, presidente, também no âmbito do gabinete da Secretaria nós

339 faremos uma gestão junto à Advocacia Geral do Estado para podermos ter
340 um balizamento jurídico para que então não fique, o posicionamento gere
341 insegurança para todos. E no que diz respeito às questões da COPASA, a
342 partir da manifestação do (inaudível) nível municipal, e a gente sabe de
343 muitos casos em que envolve o poder público com o poder público. Poder
344 público no exercício de suas atribuições finalísticas promovendo atos que
345 implicam violação à legislação ambiental, e a interatividade que nós temos
346 enquanto imbuídos do poder de polícia administrativa de poder fazer essas
347 fiscalizações e efetivamente aplicarmos a lei. Os argumentos do colega
348 que representou muito bem aqui a COPASA e COPANOR, eles
349 tangenciam uma questão administrativa, uma questão da tarifa social,
350 questões e que envolvem efetivamente atos de gestão. E quando a gente
351 faz um exame do ponto de vista da legalidade, a gente encontra respaldo
352 para agasalhar essas ponderações. Então nota-se uma situação que
353 também não pode deixar de ser enfrentada pelo poder público.
354 Aproveitando o ensejo aqui da abertura do programa Diálogos com o
355 SISEMA, a Subsecretária de Fiscalização Ambiental, a partir do
356 direcionamento do nosso secretário Germano Vieira, nós estamos
357 difundindo um programa de fiscalização preventiva. Esse programa teve
358 início em 2017, num bem sucedido trabalho em conjunto com a FIEMG, e
359 ele tem por objetivo compatibilizar a atuação dos empreendedores com os
360 trabalhos de regularização e fiscalização. Então, em resumo, nós temos o
361 propósito de fazermos uma organização com os empreendedores, seja lá
362 qual a natureza de suas atividades, e podermos sentar, estabelecermos
363 um prazo para que nós possamos privilegiar o caráter educativo, afastar
364 um pouquinho o viés repressivo da fiscalização e darmos ênfase ao
365 caráter preventivo orientativo. Então, nós estabelecemos um período em
366 que nós vamos sentar, fazer workshops, vamos conversar com o pessoal
367 da regularização para ter uma atuação bem incisiva no sentido de prestar
368 todo apoio aos empreendedores que se encontram em situação irregular,
369 qualquer tipo de pendência. E nesse período de trégua, a fiscalização fica
370 suspensa. Então a gente vai estabelecer num primeiro momento, em
371 conjunto com a FIEMG, um projeto piloto na região metropolitana, nós
372 ficamos 90 dias sem a praticar efetivamente os atos de fiscalização e
373 estabelecemos um contato, a FIEMG se organizou, chamou os
374 empreendedores, e nós conversamos, fizemos várias reuniões e houve
375 uma colaboração intensa e mútua entre empreendedores e setor público
376 para amenizar a irregularidade nos empreendimentos, nas atividades. E
377 ultrapassado o prazo pactuado entre as partes, aí sim a atividade de
378 fiscalização passou a ter a sua efetividade e aí os resultados são os
379 melhores possíveis, a fiscalização comparece em determinados
380 estabelecimentos para fazer uma avaliação do resultado, se deu certo ou
381 se não deu certo. E os resultados têm sido surpreendentemente favoráveis

382 e ganham todos, o empreendedor tem uma oportunidade de se orientar e
383 tem suspensa a fiscalização, nesse período ele se regulariza e, ao se
384 regularizar, significa que ele está cumprindo a lei, e a lei foi feita na medida
385 para que haja o respeito ao nosso ambiente ecologicamente equilibrado
386 também permitir o desenvolvimento sustentável. E eu penso que em se
387 tratando de órgão público, nós podemos pensar numa alternativa, que eu
388 vejo que temos exemplos recorrentes em relação à COPASA, em relação
389 a DER que apoiam os serviços municipais de água e esgoto, e estamos
390 sabendo hoje que as políticas de tratamento de esgoto e as políticas
391 relacionadas à regularização da disposição dos resíduos sólidos, elas
392 ainda engatinham no nosso sistema. Infelizmente nós não temos uma
393 estrutura estatal amadurecida e dotada minimamente de recursos para que
394 a legislação cumprida a contento. Então, em razão disso a gente tem a
395 inadimplência em relação ao cumprimento da norma ambiental, em razão
396 à norma que regula e obriga o serviço público a implementar aquela
397 regulamentação, e o resultado é a violação das normas ambientais. Então
398 fica também aqui uma perspectiva de levar uma, abrir o diálogo com o
399 setor público que atua em suas atividades finalísticas e que infelizmente
400 estão recebendo autuações aqui e, repito, nós da fiscalização não
401 podemos neste caso deixar de atuar. E, por outro lado, temos uma
402 perspectiva de razoabilidade, se não tivermos um cronograma, um
403 compromisso também, por exemplo, da COPASA, da COPANOR, de
404 chegar e nos dizer: 'Olha, tanto tempo a gente vai tomar medidas
405 mitigadoras, temos um planejamento já orçamentado para isso' e talvez a
406 gente consiga fazer um encaminhamento nestes termos. Eu vejo aqui o
407 representante da SEAPA, representante da FIEMG, são os dois
408 segmentos que nós temos trabalhado em conjunto, do setor industrial,
409 setor agrícola, e eu deixo aqui a nossa disposição, deixo bem registrado
410 aqui em relação à possibilidade de nós iniciarmos um diálogo com o
411 objetivo de implantarmos a fiscalização preventiva na região. Eu acho que
412 pela dinâmica da economia, pela quantidade de empreendimentos, seria
413 interessante a gente abrir uma rodada de conversa e o pessoal da
414 (inaudível) enfim, todos os segmentos organizados, nós contaremos com o
415 inestimável apoio da Polícia Militar Ambiental, em conjunto com a
416 fiscalização da SEMAD e do SISEMA como um todo, tem um papel super
417 importante, tanto na fiscalização como também na orientação. A gente
418 sabe que a Polícia Militar tem projetos que alcançam aí os diversos mais
419 distantes (inaudível) do estado, que a polícia tem a capilaridade para poder
420 levar a orientação às famílias, aos pequenos produtores, enfim, a todos
421 aqueles que de certa forma exercem alguma atividade e essa atividade
422 pressupõe intervenção ambiental. Então a gente tem que ter essa
423 regulamentação, essa atuação do poder público, mas agora com essa
424 perspectiva, primeiro vamos buscar o momento de regularização, vamos

425 estar atentos em ajudar nessa proposta de permitir uma oportunidade de
426 regularização, para tanto a gente segura um pouco o momento da
427 fiscalização e com compromisso de quem está exercendo ou vai exercer
428 atividade empresarial consciente agora que tem que se regularizar, nesse
429 espaço de tempo a gente conseguirá o objetivo de que toda a atividade,
430 senão toda mas o maior número possível esteja dentro das normas. Então
431 por meio da SUPRAM, por meio da Cristina, por meio de todos os órgãos
432 aqui do SISEMA, (inaudível), nós deixamos então um apelo para que haja
433 uma discussão entre os empreendedores, os seus órgãos de apoio e de
434 organização possam então dar voz a essa possibilidade, procurando-os,
435 de modo que a gente possa iniciar uma rodada de conversa, de ajuste,
436 avaliando as condições, as particularidades aqui da região, e implementar
437 o trabalho, que eu espero que seja bem sucedido e certamente os
438 resultados favorecerão os empreendedores, favorecerão o SISEMA e, o
439 mais importante, o meio ambiente.” Presidente Suplente Eliane Piedade
440 Alves Machado: “Muito bem, doutor Robson. Obrigado pelas intervenções
441 muito pertinentes, pelas contribuições que com certeza (inaudível) grande
442 aqui para nós. Ele podia participar, não é, gente? Das outras reuniões aqui
443 da URC. Muito obrigada. Podemos então começar com o nosso Diálogos
444 com o SISEMA? Passo a palavra à professora Dayse”. Dayse Villas Boas:
445 “Obrigada. Boa tarde a todos. Cumprimento a mesa, todos os
446 conselheiros, boa tarde. É um prazer para nós estamos aqui. Quero
447 agradecer minha acolhida da Cristina, ao pessoal da SUPRAM que está
448 nos auxiliando. O programa Diálogos com o SISEMA está agora
449 regionalizado, e pra gente é uma novidade também. Tivemos uma edição
450 em Divinópolis e agora Diamantina, semana que vem em Montes Claros e
451 assim a gente está percorrendo todas as regionais da SEDESE. E foi feito
452 um levantamento dos temas que seriam de interesse da região para serem
453 tratados. Então hoje aqui você são ter alguém do que a região tem
454 passado, qual que é o interesse, e é o que nós vamos assistir mais logo.
455 Só para deixar claro para vocês, o programa Diálogos com o SISEMA, ele
456 foi instituído por uma resolução da SEMAD, que foi lá no finalzinho de
457 2017, e a importância disso é que, independente da gestão que está à
458 frente, ele é continuado, então em 2018 tivemos várias reuniões, várias
459 temáticas, todas lá na Supram Central em Belo Horizonte, e agora nós
460 estamos no estado. Consiste na realização de reuniões periódicas, a
461 maioria delas são mensais, e são abertas ao público em geral justamente
462 para a gente poder dialogar mesmo com todos os interessados, e aí a
463 gente apresenta uma palestra e no final dela nós temos os debates,
464 estamos abertos às perguntas, aos questionamentos e, na medida do
465 possível, a gente esclarece. Então são os temas ambientais de interesse
466 comum. O convite, com o local e o horário e o tema da próxima reunião,
467 sempre com 15 dias de antecedência ele é divulgado no site que está ali,

468 olha: meioambiente.mg.gov.br/educacaoliveambiental/dialogos-com-o-
469 SISEMA. Tanto no final da apresentação também a gente disponibiliza o
470 PowerPoint ou pdf. E vocês podem ter acesso. Então às vezes tem um
471 tema que vocês têm interesse, mas não podem comparecer à reunião, um
472 tempinho após a gente disponibiliza lá e vocês podem consultar, podem
473 baixar. Eu queria só deixar claro que a gente tem uma lista de presença
474 que está ali atrás depois a gente vai passar, e ao final também, depois por
475 e-mail a gente envia o certificado de participação. Então, por favor,
476 preencham lá com letra legível, tudo direitinho o e-mail, que a gente
477 manda para vocês, tá? E as finalidades do programa, primeiro: abrir
478 espaço para o debate sobre os temas relevantes ao meio ambiente,
479 ampliar o âmbito de discussão sobre a temática ambiental com setores da
480 sociedade civil, o público acadêmico e as ONGs, então todos os
481 interessados podem participar; garantir a democratização das informações
482 ambientais, como são as políticas públicas, como elas funcionam, como
483 que a sociedade pode participar e pode (inaudível) sendo efetivas, esse é
484 um momento também de participação e incentivar a participação da
485 sociedade na preservação do equilíbrio do meio ambiente e na defesa da
486 qualidade ambiental como exercício de cidadania. Na medida que a gente
487 conhece a política pública, conhece e sabe bem, a gente pode cobrar e
488 pode exercer o nosso papel de cidadão de acompanhar a execução e de
489 cobrar. Aqui está o nosso calendário, como eu disse, na próxima semana a
490 gente vai estar em Montes Claros e aí tem todos os temas que foram
491 levantados, de acordo com o interesse da SUPRAM, de acordo com as
492 discussões que têm sido feitas ultimamente, então caso você tenha
493 interesse e possa também participar, nos ajudar a divulgar, solicito isso a
494 todos, também depois, caso queira consultar alguns dias após a data de
495 realização, a gente disponibiliza no site o PowerPoint de todos os temas.
496 Eu quero agradecer, aqui é só uma introdução mesmo, nós estamos ali na
497 Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais da SEMAD, os
498 nossos contatos caso queiram entrar em contato conosco, estamos à
499 disposição. E quero chamar o senhor Gilmar Martins, que vai apresentar
500 pra gente a palestra: 'Impacto da mineração do rio Jequitinhonha', e vocês
501 já conhecem bem, é o diretor de regionalização da SUPRAM (inaudível)."
502 Gilmar dos Reis Martins, Supram/JEQ: "Boa tarde a todos. Meu nome é
503 Gilmar, sou Diretor de Regularização Ambiental da SUPRAM
504 Jequitinhonha, estendo os cumprimentos aqui aos conselheiros,
505 empreendedores, colega de trabalho, consultores. Então vamos estar
506 falando aqui a respeito do impacto da mineração no Rio Jequitinhonha. E a
507 grande questão com relação a essa temática é a seguinte: e possível
508 regularizar ambientalmente a atividade de mineração, garimpo, no rio
509 Jequitinhonha? Essa é a grande questão que eu sei que a maioria de
510 vocês está buscando respostas aqui hoje também. Lembrando o seguinte,

511 que nós devemos, histórico de Diamantina se deu entorno da mineração
512 principalmente, (inaudível) característica de Diamantina a exploração do
513 diamante, em quase todos as nossas regiões, quase todos os nossos
514 distritos, não só nas cidades vizinhas também, têm corrido risco. Mas hoje
515 nós (inaudível) são super importantes para entendermos o que é possível
516 de regularizar e o que não é possível regularizar, o que a legislação
517 ambiental fala a respeito disso. E nesse contexto, nós temos a DN 217,
518 que revogou a Deliberação Normativa 74, e nela nós encontramos ali a os
519 critérios para classificação das atividades de acordo com o seu porte, seu
520 potencial poluidor, e os critérios para regularização das atividades. E
521 dentro da DN 217, nós temos duas atividades que se enquadram nessa
522 possibilidade de (inaudível) que seria a lavra a céu aberto, é uma das
523 possibilidades, e a lavra em aluvião. As duas possibilidades (inaudível)
524 mais relacionada com o próprio lugar de diamante. Então, eles vão ter
525 opção de avaliar o seguinte, se é possível regularizar lavra a céu aberto e
526 se é possível regularizar a lavra em aluvião. Nesse contexto, nós temos
527 aqui a lei 15.082 de 2004 que trata dos rios de preservação permanente.
528 Muitas pessoas podem questionar: 'Ah, mas no passado não ocorreram
529 diversas minerações? No próprio leito do rio Jequitinhonha', mas essa lei
530 de 2004, ela vem justamente com intuito de garantir preservação para o rio
531 Jequitinhonha. Não só do Jequitinhonha, mas de outros no estado de
532 Minas Gerais. O interessante é que no artigo 3º dessa lei, ela traz algumas
533 vedações, proibições de algumas atividades, que é: modificação do leito e
534 das margens, e o revolvimento de sedimento para a lavra de recursos
535 minerais. Ou seja, aqui a gente já tem uma questão que é legal, questão
536 jurídica mesmo, (inaudível) que ela veda qualquer intervenção no leito do
537 rio para atividades minerárias (inaudível). Então, ou seja, voltando àquela
538 questão lá sobre quais atividades poderão ser regularizadas, só o artigo
539 5º, que está aqui, no artigo 5º deixa claro que o rio Jequitinhonha e seus
540 afluentes, no trecho entre a nascente e a confluência do rio Tabatinga é
541 considerado preservação permanente, ou seja, a lei deixa muito claro isso.
542 Então a gente vai na questão que nesse trecho é considerado rio de
543 preservação permanente, não é possível atividade lá (inaudível), essa é a
544 primeira grande questão. Ou seja, nós podemos perceber o seguinte, tanto
545 no leito quanto nas margens. Essa é a primeira questão, questão legal,
546 não temos como discutir ou técnicas ambientais adequadas para
547 instalação de atividade no leito e na margem porque existe a lei que veda
548 e proíbe qualquer ação tanto no leito quanto na margem. E todo esse
549 contexto da margem, esbarra muito na questão da lei de 1983, que é a do
550 Código Florestal Mineiro, ele traz as definições de área de preservação
551 permanente, a gente vai ver que aquela parte original dos cursos d'água
552 perene e intermitente, e interessante é que a alínea c diz o seguinte, que é
553 100 metros para os cursos d'água, 50 a 200 metros, ou seja, o rio

554 Jequitinhonha, ele quase todas na nossa região principalmente,
555 Diamantina (inaudível) quase todo esse trecho o rio compreende entre 100
556 ou mais de 100 nos pontos, de comprimento. Ou seja, a APP nesse trecho
557 de rio, ela é de 100 metros. Então aqui a gente esbarra em outra questão
558 sobre a possibilidade de antropização (inaudível), é o seguinte, eu não
559 posso minerar nem no leito e nem nessa margem que é considerada 100
560 metros, conforme a legislação de minério. Aqui só pra exemplificar a
561 questão, aqui tem o leito do rio, circulado em amarelo, e aqui em vermelho
562 eu tenho aqui onde seria a APP de 100 metros, ou seja, eu não consigo
563 regularizar nem o leito e nem essa APP de ambos os lados, ou seja, só
564 seria possível pensar em regularização ambiental fora desses 100 metros,
565 que seria aqui ou aqui. Esse é um exemplo, uma imagem de 2006,
566 compara a situação, como questão de exemplificação aqui, a imagem de
567 2008, como também a situação atual. A gente consegue perceber o
568 seguinte: em 2006 o rio não tem (inaudível) mas quando eu vou aqui para
569 2018, eu consigo ver claramente como que o rio tem sido completamente
570 assoreado, como que as APPs têm sido completamente exploradas. Ou
571 seja, essas atividades (inaudível) ela não é possível, não há possibilidade
572 na legislação. Só demonstrando aqui, são imagens de algumas áreas do
573 Jequitinhonha, mostrando toda essa realidade (inaudível) para vários
574 locais, aqui eu tenho o leito, aqui eu tenho APP (inaudível), mais imagens
575 do trecho. Só para (inaudível) de como se encontra atualmente (inaudível)
576 do Jequitinhonha. Avançando então, a gente chega então, pensando a
577 partir dessa premissa de que não é possível regularizar o leito e nem essa
578 parte dos 100 metros, então como regularizar atividade minerária?
579 Primeira coisa a ser feita, a necessidade de um projeto. E esse projeto, ele
580 precisa também ter viabilidade econômica, porque quem for tentar
581 regularizar alguma atividade (inaudível) aqui, 'olha, eu consigo minerar
582 uma área fora do leito, fora da APP e ainda assim existe viabilidade
583 econômica para essa exploração que será realizada', então a primeira
584 premissa importante. Esse projeto, ele precisa trazer detalhado suas
585 alternativas tecnológicas, quais estruturas, quais atividades e dentro desse
586 projeto nós vamos estar avaliando (inaudível) medidas mitigadoras, todos
587 os pontos a gente vai estar (inaudível). Então, nesse modelo, antes de a
588 gente entrar especificamente nos temas ali que deveriam ser abordados
589 no estudo, no projeto (inaudível), nós temos uma excelente ferramenta,
590 (inaudível) que já permite a gente fazer algumas considerações sobre a
591 área, são extremamente importantes até para nossa tomada de decisão
592 sobre qual projeto melhor a ser apresentado (inaudível). Primeiro ponto,
593 (inaudível) perceber que a região aqui mostra o bioma cerrado, tem
594 potencialidade de ocorrência de cavidades na área, considerada médio;
595 parte do leito do rio Jequitinhonha encontra-se na Zona de Amortecimento
596 do Parque Nacional das Sempre Vivas e Parque Estadual do Biribiri.

597 Nesse ponto há uma ressalva importante, até (inaudível), não há vedação
598 para mineração na Zona de Amortecimento, mas precisa-se de uma
599 anuência dessas unidades de conservação. E abro um parênteses aqui
600 também para dizer o seguinte: que recentemente a gente já tem
601 informações, por exemplo, de garimpeiro que estão lançando (inaudível)
602 no Biribiri, (inaudível) unidade de conservação, e as medidas vão ser
603 adotadas. Outro ponto importante, o empreendimento está na reserva da
604 Biosfera da Serra do Espinhaço, grande parte (inaudível) encontram-se
605 nessa reserva, e também a área do rio Jequitinhonha é também Área
606 Prioritária para conservação da biodiversidade. Ou seja, juntando esses
607 temas, a gente consegue, alguns pontos importantes a gente consegue
608 extrair (inaudível) algumas informações a serem consideradas para
609 elaboração do projeto sustentável da área de mineração ambiental. Então,
610 primeiro ponto dentro do estudo ambiental, eu preciso definir quais serão s
611 áreas de influência desse empreendimento, lembrando que, ressalvo mais
612 uma vez, qualquer área para ser viável essa regularização ambiental, ela
613 não pode (inaudível) do leito e da APP. Então, eu preciso delimitar
614 geograficamente essas áreas que serão diretamente ou indiretamente
615 (inaudível), e nisso eu tenho que contemplar aqui todas as atividades que
616 serão realizadas, por exemplo, lavra a céu aberto, unidade de tratamento
617 de minerais, pilha de estéril, estrada para transporte de minério. Ou seja,
618 dentro do meu projeto, ele já tem que contemplar tudo isso, todas essas
619 atividades. Depois de limitar a área de influência, eu preciso fazer um
620 diagnóstico ambiental dessas áreas, ou seja, eu preciso fazer análise do
621 meio físico, do meio biótico e do meio socioeconômico. A gente precisa
622 analisar os fatores ambientais das minerações, caracterizando a situação
623 ambiental da área, tudo isso, precisamos ter um estudo real da situação ali
624 daquele local que a gente está, para possibilitar a avaliação de
625 regularização e também para prever quais impactos ocorrerão naquela
626 área. Dentro do Meio Físico, eu preciso avaliar, caracterizar o nível da
627 qualidade do ar, níveis de ruído, geologia, geomorfologia, caracterização
628 dos solos, caracterização espeleológica, caracterização dos recursos
629 hídricos, a questão da qualidade da água, é muito importante em
630 mineração. Dento do Meio Biótico, a gente vai fazer caracterização dos
631 ecossistemas terrestres na área de influência do empreendimento;
632 caracterização e análise dos ecossistemas aquáticos do empreendimento;
633 intervenção ambiental, nós vamos avaliar supressão de vegetação nativa e
634 corte de árvores isoladas; avaliar a questão da possibilidade de unidade de
635 conservação, a questão de ser área prioritária, estar na reserva da
636 biosfera. Dentro desse contexto aqui, eu preciso fazer levantamento de
637 (inaudível) primários, da fauna (inaudível) necessários. Preciso fazer
638 levantamento da flora, inventário florestal. Tudo sendo considerado para
639 caracterizar a realidade da área de intervenção. Parte socioeconômica:

640 deverá ser apresentada a caracterização do meio socioeconômico a ser
641 potencialmente atingido pelo empreendimento, considerando-se
642 populações existentes na área atingida diretamente pelo empreendimento
643 e as interrelações próprias do meio socioeconômico. Aqui eu preciso
644 verificar qual o impacto desse empreendimento, quais, existem
645 populações, existem moradores isolados? Quem é o detentor, quem é o
646 (inaudível) da área que está sendo explorada? Contrato dessa negociação.
647 Quais impactos para as populações do entorno daquele empreendimento.
648 Ou seja, tudo tem eu ser levantado e caracterizado nessa parte aqui, de
649 forma mais real possível. Feito o diagnóstico ambiental, eu avanço para a
650 parte de impactos ambientais. Por isso que há necessidade de eu fazer um
651 diagnóstico bem real (inaudível) da situação ali para eu conseguir, de fato,
652 caracterizar os impactos e identificar, valorar e ter interpretação desses
653 prováveis impactos ambientais nas fases de planejamento, implantação,
654 operação e, se for o caso, desativação do empreendimento. Ou seja, eu
655 preciso prever quais são os impactos, qual a dimensão desses impactos ali
656 na região, serão impactos negativos? Serão impactos positivos? Tudo tem
657 que estar, através do diagnóstico, pra eu chegar a esses impactos. Os
658 impactos serão avaliados nas áreas de estudo definidas para cada um dos
659 fatores estudados, caracterizados no item 'Diagnóstico ambiental'. Feito o
660 levantamento dos impactos ambientais, eu preciso então agora entrar na
661 parte de medidas mitigadoras, que são as ações a serem executadas que
662 visam minimizar os impactos adversos, identificados e quantificados. Por
663 isso que eu também preciso, vocês conseguem perceber que tudo envolve
664 um bom diagnóstico, através de um bom diagnóstico eu consigo prever
665 quais são os impactos reais e, prevendo quais são os impactos reais, eu
666 vou prever medidas que de fato vão minimizar esses impactos. E junto
667 com essas medidas, realizamos Programas de Acompanhamento e
668 Monitoramento dos Impactos Ambientais, que serão, se o empreendimento
669 se mostrar viável, se for aprovado, o empreendedor, o empreendimento
670 terá vários programas a ser implementados para garantir a minimização
671 dos impactos. E dentro, temos alguns programas possíveis de ocorrerem
672 para (inaudível), Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, lembrando
673 especificamente sobre a questão da (inaudível) do Jequitinhonha, que
674 diversas áreas de APP são degradadas, essas áreas precisam ser
675 recuperadas. Isso aqui são contempladas no projeto a ser sustentável, ser
676 viável de se regularizar. Programa de Contenção de Processos Erosivos.
677 Outro problema claro na região. (Inaudível) sedimentos no curso d'água,
678 provocando assoreamentos. Isso precisa ser avaliado, um programa real,
679 de fato, que consiga minimizar os impactos. Gestão de Resíduos Sólidos,
680 eu abro um parêntese aqui para a questão dos afluentes não sanitários,
681 (inaudível), situação às vezes que precisam, existem medidas para serem
682 controlados esses efluentes, e os resíduos sólidos também precisam ter

683 um programa adequado para a destinação deles. Programa de
684 Monitoramento da Fauna, (inaudível) importantes aqui do Jequitinhonha,
685 nossa fauna (inaudível). Programa de Educação Ambiental. Esse
686 programa também de extrema importância, até porque existem as
687 populações do entorno da influência do empreendimento. Programa de
688 Comunicação Social (inaudível). Outro ponto importante, o
689 empreendimento, ele vai ter algumas compensações ambientais que
690 deverão ser realizados, a compensação ambiental da Lei do SNUC;
691 compensação prevista pelo artigo 75, ou seja, se o empreendimento
692 (inaudível) ele terá que doar uma área para a unidade de conservação;
693 compensação pela supressão de espécies da flora imunes de corte.
694 Podem ter outras compensações, mas depende do projeto a ser
695 apresentado. Ou seja, basicamente, aqui é só um relato do que deveria ser
696 apresentado no projeto para que ele seja viável. A gente vê que (inaudível)
697 na região ela chama muita atenção pela presença da mineração, existe a
698 possibilidade de regularização ambiental, desde que fora da área
699 (inaudível), desde que fora da área de APP, nós trabalhamos e terá que
700 ser feito um projeto que se mostre sustentável. Essa é a grande questão. E
701 para construir, para o empreendedor conseguir implementar um projeto
702 sustentável, ele vai precisar fazer todo diagnóstico dessa área para ser
703 apresentado para finalizar o processo de licenciamento ambiental. Então,
704 gente, desde já eu coloco a diretoria de regularização ambiental, sou aqui
705 do Jequitinhonha, estou junto com vocês para (inaudível) nessa questão,
706 para discutir formas, alternativas viáveis de regularização ambiental. Nós
707 estamos à disposição do Jequitinhonha e agora está aberto espaço para
708 questionamentos, quem quiser questionar algum ponto.” Dayse Villas
709 Boas: “Boa tarde, novamente. Então agora a gente vai abrir para as
710 perguntas, vou pedir para que vocês levarem a mão, só pra gente poder
711 identificar e a gente vai passar o microfone. Ou é melhor aqui mesmo?
712 Estou na dúvida aqui se a gente utiliza aquele... Quem estiver mais
713 pertinho daquele microfone central lá, usa. Os conselheiros podem pegar
714 aqui o microfone sem fio. Nós temos também a participação do doutor
715 Renato, da cooperativa. Onde que ele está? (Inaudível) então vou começar
716 com ele e depois a gente pode fazer uma rodada de três perguntas? Pode
717 ser?” Silveira: “Boa tarde a todos. Meu nome é Silveira, eu sou Presidente
718 da Cooperativa Brasileira (inaudível), gostaria de começar com uma
719 pergunta ao rapaz que fez essa brilhante (inaudível). A primeira pergunta
720 é: sobre o ponto de vista ambiental, por quê que a lei de 2004 determinou
721 que o rio Jequitinhonha tem preservação permanente da nascente até o rio
722 Tabatinga. Do rio Tabatinga pra baixo, por que não?” Robson Lucas da
723 Silva, SEMAD: “Senhora Presidente, vou pedir licença ao Gilmar aqui, por
724 se tratar de uma questão legislativa, o processo legislativo, ele tem o seu
725 rito próprio. Talvez eu penso que a indagação do senhor tem a ver pela

726 distância temporal da lei, que é de 2004, e talvez que o que está
727 disciplinado não corresponda com a mesma realidade hoje. Mas o fato é
728 que nós não temos como responder o porquê que a lei dispensa o mesmo
729 tratamento. Foi elaborada pelos deputados, foi aprovada, está em vigor e
730 em razão disso qualquer indagação, qualquer impropriedade que o senhor
731 tenha a esse respeito, a gente tem que levar esse debate para o âmbito da
732 Assembleia Legislativa. Então, tecnicamente nós não temos como
733 responder ao senhor porquê que a lei prevê uma determinada regra, uma
734 determinada situação, por conta dessas características próprias do
735 processo legislativo que está previsto na Constituição.” Silveira: “Bem
736 respondido, sob o ponto de vista legal. É de conhecimento do senhor que
737 em 2004, a parte à jusante do rio Tabatinga tinha um influente deputado
738 que é dono das (inaudível) dali pra baixo que, até hoje, (inaudível) ex-
739 deputado, hoje é prefeito de uma grande cidade, e isso nos causa
740 estranheza. E gostaria também de pontuar outras coisas. Essa lei de 2004,
741 bem depois dela, uma mineradora (inaudível) continuou operando na
742 região do Jequitinhonha, e a lei já existia e não nos consta que houve
743 repressão à mineração (inaudível) e ela, até o fim das suas atividades, ela
744 trabalhou com dragas de alcatruzes no leito do rio, sendo puxado por uma
745 draguinha (inaudível) de 24 toneladas, lançando milhares de metros
746 cúbicos de rejeito dentro do leito do rio, e com dois tratores super pesados
747 desmatando as matas ciliares e puxando a draga (inaudível). Nós da
748 cooperativa, nós os garimpeiros não queremos ser vilões do meio
749 ambiente, não queremos continuar trazendo para Diamantina essa marca,
750 principalmente por parte do pessoal do (inaudível), por parte do
751 Jequitinhonha, que só desce lama, somos degradadores do meio
752 ambiente, mas nós gostaríamos que fosse observado que nós trabalhamos
753 no rejeito das dragas. Nós não estamos lavrando, estamos relavrando, e
754 que podemos sim fazer um trabalho muito edificante, bonito,
755 ambientalmente aprovado, porque nós temos condições de recuperar as
756 mesmas matas que hoje são usadas para degradar, podem ser usadas
757 para recuperar. Então estamos fazendo sim um trabalho na cooperativa
758 que vai além disso. Nós estamos olhando também a questão humana, o
759 garimpeiro e sua família. Eu quero deixar aqui um voto de agradecimento,
760 dos maiores, a prefeitura de Diamantina, através de sua ação social,
761 através do seu CODEMA, a prefeitura (inaudível) tem nos ajudado,
762 estamos fazendo um trabalho de promoção social e estamos também
763 lutando para regularizar nossos garimpeiros perante o INSS, para que não
764 sejamos tratados com bandidos, para que não venhamos ter que sair
765 correndo nas operações policiais. Até (inaudível) essa operação que
766 ocorreu no dia 02 de abril, talvez tenha sido um mal que veio para bem,
767 porque agora nós podemos passar a limpo. Só que nós necessitamos do
768 governo, nós necessitamos do Ministério Público, nós necessitamos da

769 Polícia de Meio Ambiente, nós necessitamos de muita ajuda para
770 regularizarmos, e trabalhamos pensando o seguinte: que (inaudível)
771 concorram de forma amigável, não para punir, não para castigar
772 clandestinos, e sim para nos ajudar com cooperação, com fiscalização e
773 com tudo. Eu acho que nós estamos já sofrendo os efeitos dessa parada
774 do garimpo. Perguntem à assistência social das prefeituras de Diamantina
775 e Couto Magalhães como que aumentou a demanda de cestas básicas.
776 Pergunte ao pessoal da saúde o tanto de problema que surgiu. Perguntem
777 à Associação Comercial a queda do movimento dos minérios. Então nós
778 infelizmente, a cooperativa tem poucos recursos, nós estamos pagando o
779 erro do passado, dispomos de poucos recursos, nós contratamos, hoje
780 Belo Horizonte tem contratado pela cooperativa que está se reunindo com
781 prefeito de Diamantina, secretário do Meio Ambiente, subsecretário de
782 Meio Ambiente, estão lá trabalhando nisso, o que pode ser feito, como que
783 vai ser feito o (inaudível) nessas coisas, exatamente para que nós
784 tenhamos um rumo na atividade garimpeira. E eu peço a cada um dos
785 senhores e senhoras, que levem até as autoridades, autoridades
786 governamentais, autoridades de fiscalização, Ministério Público Federal e
787 Estadual, ao judiciário, levem a todos esse nosso clamor. Será que
788 Diamantina chama Diamantina por causa dos diamantes, (inaudível) por
789 causa do seu barroco trazido pelos garimpeiros. Tudo aqui gira em torno
790 de diamante e de garimpo, e o nosso garimpeiro é um marginal. Na
791 operação, sem querer entrar em detalhes, mas nós tivemos pessoas
792 desarmadas que foram colocadas para correr para dentro do mato a tiro de
793 fuzil. Quem duvidar, nós temos as cápsulas que ficaram no chão. Nós
794 tivemos pessoas que vieram resguardar o meio ambiente e explodiram
795 com (inaudível). Então nós precisamos que as coisas sejam bem
796 esclarecidas, e que nós garimpeiros não sejamos só tratados como
797 marginais, pelo contrário, eu acho que o garimpeiro que construiu
798 Diamantina, que construiu essa região, ele merece o apoio das pessoas,
799 das autoridades e da sociedade. Eu agradeço aqui por me ouvirem.
800 Obrigado.” Robson Lucas da Silva, SEMAD: “Senhor presidente da
801 cooperativa, por conta dessa apresentação, dessa manifestação muito
802 objetiva, muito lúcida do senhor, que consta de alguns assuntos, e eu vou
803 abordá-los numa perspectiva de prestar esclarecimentos e dizer que
804 quando o senhor mencionou que precisam, os garimpeiros precisam do
805 governo, é por isso que eu estou aqui. Há um movimento de sensibilização
806 no âmbito das autoridades do estado, e esse trabalho tem sido, vem sendo
807 capitaneado pelo prefeito, o senhor até mencionou ontem, estava na
808 cidade administrativa cedinho conosco trabalhando arduamente para que
809 haja o equacionamento dessa situação. Por conta de uma operação
810 idealizada e executada pela Polícia Federal, que depois solicitou apoio
811 logístico, operacional da Secretaria de Meio Ambiente e da Polícia Militar,

812 nós tivemos esses desdobramentos. Por uma perspectiva de coibir, do
813 ponto de vista legal, uma ação de determinadas pessoas que estavam de
814 modo clandestino explorando recursos minerais, explorando diamantes no
815 leito do rio Jequitinhonha, necessariamente houve essa atuação. Ela foi de
816 iniciativa da Polícia Federal, que solicitou apoio às autoridades estaduais.
817 E a partir de então, eu me lembro que no dia 2 de abril, quando se
818 deflagrou essa operação policial, eu tinha sido convidado para assumir a
819 subsecretaria de fiscalização e já sabia que tinha a operação, e dez dias
820 depois eu tomei posse. Tomei cuidado de me reportar aos delegados que
821 titularizaram essa operação, que titularizaram as investigações para eu
822 conhecer todos os meandros, todos os aspectos legais para avaliar como
823 que nós do meio ambiente iríamos lidar com essas repercussões. Eu disse
824 aqui mais cedo que o objetivo do governo, o objetivo do secretário é
825 buscar um diálogo, é buscar um consenso para que haja a viabilidade de
826 se respeitar a legislação e de viabilizar o exercício das diversas atividades
827 empresariais, atividades agrícolas, atividades industriais como um todo.
828 Então, o prefeito já havia, tão logo deflagrou-se a operação e vieram os
829 seus desdobramentos, o prefeito já procurou o governo do estado para
830 que houvesse uma solução para o caso, especialmente a repercussão do
831 desemprego, da ausência e espaço de atividade para aquelas pessoas
832 que se encontravam naquele ambiente, que talvez até desconheciam que
833 ali tinha uma atividade clandestina, uma atividade de lavra ilegal. Mas
834 estavam lá a mando da sobrevivência, (inaudível) movido por uma
835 necessidade de se manter. Fato é que agora nós estamos aqui, o governo,
836 me destacou para vir aqui para conversar com os senhores, abrir uma
837 porta de diálogo para colocar toda a equipe que está aqui e a
838 apresentação que os senhores tiveram oportunidade de assistir agora,
839 mostram qual que é o caminho legal, quais são os requisitos. E aí a gente
840 se depara com um fato de que muita coisa tem um grau de complexidade
841 que ultrapassa uma normalidade, daí a necessidade de se reportar a
842 vários técnicos, de buscar o auxílio de consultores para que as exigências
843 legais sejam atendidas. Então, o nosso propósito é, tendo em vista do
844 estado atual da situação aqui dos profissionais, dos trabalhadores que se
845 vieram nesse contexto, de não poder mais trabalhar, exercer a lavra
846 porque existia um contexto de ilegalidade, não se observava os requisitos
847 legais. Talvez por repercussão da Agência Nacional de Mineração, se
848 tinha a devida autorização das (inaudível) a repercussão da degradação
849 do rio, que é inegável, então a gente precisa de buscar um consenso.
850 Então o que o governo quer, o que o governador determinou é que nós
851 possamos sentar à mesa, compreender as (inaudível) as particularidades
852 aqui da categoria que o senhor está representando, e não podemos
853 também abrir mão (inaudível). Quando o senhor mencionou que uma
854 determinada empresa durante um determinado período temporal teria

855 atuado de modo irregular, mesmo a lei estando vigente desde 2004,
856 (inaudível) aquela parte do leito do rio que não era passível ao exercício de
857 atividade de mineração e ela assim atuou, aconteceu. Talvez tenha tido
858 uma falha, talvez tenha tido uma situação de contemporização que ela não
859 é mais (inaudível). Hoje nós temos que zelar pelo fiel cumprimento da
860 norma e é com essa perspectiva, com esse objetivo que nós queremos
861 então sentar com os senhores e auxilia-los a buscar todos os meios para
862 poder, mediante ou termo de ajustamento de conduta, ou de qualquer
863 instrumento que dê legalidade, e à medida que a gente consegue avançar,
864 apresentar os estudos técnicos, apresentar o atendimento dos requisitos
865 legais, reitero, nós estaremos prestigiando o cumprimento da legislação, e
866 assim procedendo, nós estaremos contribuindo para o equilíbrio do meio
867 ambiente. Nós evitaremos ou minimizaremos qualquer perspectiva de
868 degradação ambiental. Então, o nosso propósito e sentarmos com os
869 senhores e com qualquer outro segmento de atividade empresarial, de
870 qualquer tipo de atividade que tangencie intervenções ambientais, para
871 podermos viabilizar o caminho único que se tem, que é a regularização.
872 Uma vez conquistado esse progresso de regularização, ou iniciados
873 paulatinamente esse processo, estabelecendo-se cronogramas,
874 estabelecendo-se a sequência dos trabalhos técnicos que devem ser
875 apresentados, nós conseguiremos viabilizar a visualizar os próximos
876 passos para, de modo gradativo, de modo cumprindo a legislação,
877 viabilizar quem sabe a retomada da atividade tal qual é a expectativa dos
878 senhores. Então deixo aqui a mensagem que foi pedida, determinada pelo
879 senhor governador, pelo senhor secretário de estado de Meio Ambiente,
880 que a Secretaria de Meio Ambiente, o SISEMA, todos estamos aqui com o
881 propósito de ouvi-los e de orientá-los de como constar os requisitos para
882 que os senhores possam exercer regularmente. E, por fim, em relação a
883 influência política que há muito prevalecia nas nossas casas
884 parlamentares, disse-me o senhor que um determinado parlamentar, por
885 influência, conseguiu aprovações, conseguiu direcionar a aprovação de
886 uma lei que beneficiou os interesses próprios. Então, repito, se há hoje
887 uma impertinência ou uma situação de inconsistência, vamos juntos
888 buscar um diálogo com a Assembleia e corrigir, observando-se o processo
889 legislativo, corrigir a lei, atualizar, para que não só um, mas que o objetivo
890 da lei é regular as situações sociais, é evitar conflito. Então, se tem que
891 proteger o meio ambiente, por outro lado, eu não posso viabilizar o
892 exercício de atividades empresariais. Então, vamos usar o meio termo,
893 vamos dialogar com a Assembleia de modo que a gente consiga
894 aperfeiçoar, aprimorar e atualizar o texto dessa lei. Então eu reitero, não
895 só para o senhor, mas para todos os presentes, que o objetivo do estado,
896 por determinação do senhor governador, senhor secretário, é sentarmos
897 na mesma mesa e buscarmos os caminhos necessários para que haja a

898 regularização e haja conscientização de todos que têm que se regularizar
899 e, a partir da regularização, teremos a retomada dos exercícios das
900 atividades pelos senhores.” Conselheira Bruna de Souza Otoni: “Bruna,
901 Comitê de Bacias do Jequitinhonha. Gostaria de saber como está sendo a
902 recuperação do dano? Está sendo tratado ou está sendo tratado com o
903 sindicato? Como que foi atuado (inaudível) individualmente ou foi
904 (inaudível)? Mais esses detalhes sobre a questão (inaudível) mesmo. E
905 como está sendo tratado perante (inaudível) de que a gente (inaudível) do
906 Comitê de Bacia, a gente prioriza (inaudível) que a água tem (inaudível)
907 principalmente no Jequitinhonha. E eu gostaria de saber como que está
908 sendo tratado esse assunto, o sindicato já está avançado? (Inaudível) da
909 questão da água mesmo, da recuperação ambiental da água.” Robson
910 Lucas da Silva, SEMAD: “A questão está sendo tratada desde o início,
911 primeiro a nossa preocupação de buscarmos mecanismos de dar o
912 tratamento à área degradada, como recuperar, quem vai recuperar. Nós
913 tivemos, de acordo com o inquérito policial, o exercício de atividades
914 irregulares e de modo clandestino. Pensou-se no primeiro momento de
915 que a polícia tendo, ao que tudo indica, o inquérito está sob sigilo,
916 identificado os responsáveis pela lavra irregular, de responsabiliza-los
917 pelas repercussões, sejam os prejuízos materiais, sejam os projetos
918 necessários às ações de recuperação das áreas degradadas. E tendo em
919 vista essas repercussões bem esclarecidas pelo presidente da
920 cooperativa, o prefeito, o senhor Juscelino, prefeito de Diamantina, e
921 procurou já (inaudível) do governo do estado, primeiro: como vamos
922 enfrentar a questão social? E segundo: é possível regularizar? É possível
923 viabilizarmos a retomada de uma possível atividade de garimpo no leito do
924 rio sem que haja comprometimento do equilíbrio e descumprimento da
925 legislação? Então, o tratamento que hoje se tem, ele não está
926 individualizado. Ele está a partir desse aceno do governo, de ter (inaudível)
927 dos interessados, é gerenciar uma tratativa. Então possivelmente nós
928 teremos como atores representantes da prefeitura, representantes da
929 cooperativa, do Ministério Público, que vai atuar como fiscal da lei, e todos
930 aqueles que tenham interesse, porque o objetivo do Diálogos com o
931 SISEMA é viabilizar a participação de todos, então se tiver qualquer
932 atividade, que ela seja exercida com equilíbrio. Se vai degradar de alguma
933 forma, (inaudível) tem medidas mitigadoras e neutralizadoras. Então nós
934 começaremos a construir esse caminho agora. Então, (trecho
935 incompreensível), não há, que seja do meu conhecimento, qualquer
936 tratativa individualizada ou com representantes, com sindicato ou
937 cooperativa. Vamos começar a gora, vamos colocar à mesa e ouvir a
938 todos, todos aqueles que tenham interesse e possam colaborar, porque a
939 colaboração, o ponto de vista de cada um é superimportante para que a
940 gente possa contextualizar os fatos, e avaliar como que nós vamos levar

941 tecnicamente os estudos, a avaliação de possíveis impactos, de modo que
942 a lei seja cumprida. Se a lei for efetivamente cumprida, mostra-se um
943 direito do empreendedor. Então o estado não quer inviabilizar os
944 empreendimentos, mas também não quer deixar que o meio ambiente
945 fique prejudicado (inaudível).” Conselheira Carla Fernanda de Araújo:
946 “Carla, prefeitura de Diamantina. Das várias vezes que o prefeito Juscelino
947 foi à Belo Horizonte para tentar resolver isso, porque é uma questão
948 econômico-social muito grave, têm pessoas passando fome, sem renda,
949 sem lugar para morar, sem documentos porque os documentos foram
950 queimados nas operações, sem roupa, sem alimento, porque também
951 foram queimadas nas operações. E as medidas que ele se propôs a
952 cumprir, que ele assumiu perante ao estado, porque tem a questão do
953 meio ambiente, que é uma coisa muito séria, e ele assumiu esse
954 compromisso para tonar possível a abertura do garimpo dentro da
955 legalidade, porque ele sempre deixou isso muito claro, com respeito ao
956 meio ambiente, ele levou uma alternativa que foi prontamente atendida
957 pelo secretário Germano: a criação de uma comissão ou grupo com a
958 participação de vários setores dos órgãos do estado de Minas Gerais e
959 sociedade civil, para desenvolvimento de ação de políticas públicas para
960 recuperação ambiental e alternativa de trabalho, criação de emprego renda
961 para os produtores rurais e garimpeiros das áreas exauridas, bem como as
962 ações e políticas públicas para realização dos pequenos garimpos às
963 margens do rio Jequitinhonha. Então foi uma das várias propostas que ele
964 levou, eu gostaria de agradecer, aproveitar a oportunidade para
965 parabenizar o governador por manter o secretário Germano, e parabenizar
966 aí (inaudível) pelo que ele tem feito pelo nosso estado, pelo meio ambiente
967 nesses anos. Parabenizar a Cristina também, foi uma escolha muito
968 acertada, pela competência dela, pela experiência dela. E dizer que o
969 prefeito tem (inaudível) para que o garimpo seja reaberto, mas dentro das
970 condições legais e ambientais.” Robson Lucas da Silva, SEMAD: “É
971 exatamente o que foi avançado ontem com a presença do prefeito junto ao
972 subsecretário (trecho incompreensível) e eu estava com o secretário
973 Germano numa reunião junto com o governador e não pude participar da
974 reunião com o prefeito, mas a mensagem foi essa, e dentro dessa primeira
975 proposta, eu foi apresentada pela prefeitura e prontamente aceita, bem
976 acolhida pelo estado, um dos caminhos que o secretário Germano tinha
977 me pedido para avançar seria como viabilizar financeiramente os
978 resultados, (trecho incompreensível) dos impactos sociais. Então, de
979 primeiro momento pensou na responsabilização daqueles que titularizaram
980 ali a exploração irregular do garimpo e auferi-lo (trecho incompreensível).
981 Mas não tivemos ainda um resultado efetivo do trabalho da Polícia
982 Federal, e o caso então foi encaminhado à Advocacia Geral do Estado
983 para que se possa verificar quais medidas que eventualmente possam ser

984 tomadas, pensadas, implementadas para cujo resultado, que serão, que
985 não seja de muito longo prazo, mas que a gente viabilize financeiramente
986 a adoção dessas medidas. Enquanto isso não se concretiza, esse grupo
987 de trabalho que foi proposto, ainda que não haja sua formalização (trecho
988 incompreensível) pra gente buscar aí, agendar as nossas datas e vamos
989 sentar e vamos avançar.” Cândida Cristina Barroso, Supram/JEQ: “Temos
990 ali duas inscrições ali atrás, depois ali na mesa. Só um minutinho.” Aurice:
991 “Boa tarde a todos. Meu nome é Aurice, sou Secretária de Meio Ambiente
992 do Município de Olhos D’água, estou nesse evento e aproveitei a
993 oportunidade, porque o assunto realmente me interessa e interessa ao
994 município. Quando se trata de, o nosso país é cheio de leis, as leis lindas,
995 perfeitas no papel. Quando o presidente ali diz: ‘Se em 2004 já existia uma
996 lei e (trecho incompreensível’, por que hoje nós não podemos? Então a
997 gente entende sempre que os nossos governantes, muitos deles tendem a
998 fazer ouvido de mercador, finge que não está vendo algo que está debaixo
999 dos seus narizes. Mas a partir de então, eu espero que as coisas mudem,
1000 que melhorem. A nossa região é uma região realmente de vários
1001 garimpeiros, é uma região garimpeira, Olhos D’água é, Diamantina é, mas
1002 garimpar nos dias de hoje é diferente de 50 anos atrás, né? Olha como
1003 eram nossos recursos hídricos há 50 anos atrás, (trecho incompreensível)
1004 50 anos para afirmar, mas têm conhecimento de que era realmente
1005 diferente, a gente tinha abundância em água e hoje nós não temos mais.
1006 Então, indiferente da atividade que nós formos exercer, nós temos que
1007 estar atentos a essa questão dos recursos hoje no nosso país, porque sem
1008 água não vai ter vida, não vai ter nada. Então não adianta eu ter diamante,
1009 se eu não tiver água. Na região de Olhos D’água, são aproximadamente
1010 200 propriedades que (trecho incompreensível) e quando a colega aqui
1011 fala que algumas pessoas passam necessidade porque o garimpo acabou,
1012 na região de Olhos d’água têm várias pessoas que não têm água para
1013 beber. É por causa dos garimpos? Não é o garimpo em si, é a
1014 irregularidade, é a prática irregular é que traz essas consequências. E que
1015 todos nós estamos pagando por ela, não é? E quando (trecho
1016 incompreensível) que no meio de todos esses garimpeiros, tinha alguns
1017 que (trecho incompreensível) grandes. Então tem algum grande queimado
1018 porque o garimpo acabou? Não. Tem pequeno passando necessidade,
1019 mas é porque estava irregular. Então, nós da região de Olhos d’água
1020 somos (trecho incompreensível), o que nós queremos nem contra garimpo
1021 nem contra outra atividade, o que nós queremos é que seja regularizado
1022 para que os garimpeiros possam trabalhar, tirar o seu sustento, mas que o
1023 agricultor não passe fome e a família do agricultor não tenha que mudar da
1024 sua propriedade porque não tem água para consumir. Olhos D’água gasta
1025 um absurdo com caminhão pipa abastecendo famílias, e mora na faixa do
1026 Jequitinhonha. Então, o garimpeiro tem direito de trabalhar e tirar seu

1027 sustento? Tem. E eu bato palma pra ele. Mas o agricultor, eu sou
1028 agricultora, e ao dizer isso não é porque eu sou agricultora, é porque
1029 qualquer um de nós, nós podemos ter a mesa cheia de diamantes, se não
1030 tiver comida, de quê que vai me servir o diamante? Então, o senhor
1031 Robson, representando o governo, como o senhor disse, vai fazer todo
1032 possível para que as coisas se resolvam, que favoreça que os garimpeiros
1033 possam voltar a trabalhar. Eu, enquanto agricultora, representante do
1034 município também de Olhos D'água, demando e acredito que as leis sejam
1035 cumpridas, porque existem normas, existem regras que são claras aí, se
1036 perguntar (trecho incompreensível) tem que ter as formas corretas, isso
1037 tem que ser respeitado. Não pode destacar a lei (trecho incompreensível)
1038 aí tem tanta sujeira na margem do rio por causa dessa irregularidade.
1039 Então é direito de todo o cidadão, cidadã trabalhar, tirar o seu sustento,
1040 mas é dever de todos nós respeitarmos o direito dos outros, e eu estou
1041 aqui porque eu tenho certeza que o meu município, apesar de ser um
1042 município pequeno, não poderia perder oportunidade de fazer diálogo com
1043 o SISEMA. Mas, não por isso, eu estou aqui para colocar para vocês que
1044 por mais que nós tenhamos diamante, mas se nós não tivermos comida,
1045 de nada me servirá o diamante. E na nossa região, que tem sido muito
1046 prejudicado sim o agricultor, porque não pode produzir (trecho
1047 incompreensível) os animais não podiam consumir a água devido ao
1048 estado tanto dos resíduos dos rejeitos que eram jogados na água, quanto
1049 todos os outros resíduos que estavam ao redor daquilo ali. Então, de
1050 qualquer forma, o meio ambiente tem que ser respeitado (trecho
1051 incompreensível) por todos nós. Eu acho que a maioria de vocês já ouviu a
1052 história da bíblia, como foi que se criou o primeiro homem. Primeiro
1053 homem Deus criou, fez o barro molhando e soprou na narina e ele se
1054 tornou homem. E hoje vocês já prestaram atenção que o que nós mais
1055 destruimos é exatamente essa base? Tudo que nós poluímos é o que?
1056 Pedra, água e ar. Ou seja, nós estamos destruindo a natureza. Portanto,
1057 essa questão da lei, ela é necessária e deve ser respeitada. E eu espero
1058 que a partir de agora, nem os governantes e nem o pessoal da sociedade
1059 civil, nem garimpeiro e nem agricultor fechem os olhos a isso. Porque
1060 antigamente também as coisas aconteciam e a gente não tinha onde
1061 apresentar, não tinha para quem falar. Hoje não, hoje o povo tudo tem
1062 acesso à informação e pode falar, pode até ignorar a ser ouvido, mas uma
1063 hora acontece. Então, agradeço a vocês por ter me ouvido, mas deixo
1064 claro, nós somos a favor do direito de todo cidadão, toda cidadã, porém,
1065 que cada um respeite o direito do outro. Tenham juma boa tarde e muito
1066 obrigada.” Robson Lucas da Silva, SEMAD: “Secretaria, obrigado pelas
1067 considerações. Importante essa abordagem, nós temos diversos
1068 segmentos que se valem da utilização de recursos hídricos, em especial
1069 os agricultores e agricultoras, e da utilização (trecho incompreensível) que

1070 se tome as medidas, se for irregular, ela vai comprometer esse equilíbrio.
1071 Quando a senhora falou sobre governante fechar os olhos para a
1072 fiscalização, para o cumprimento da lei, me ocorreu aqui que quando em
1073 2000 que nós tivemos a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela proibia, proíbe
1074 as pedaladas, e mesmo assim os presidentes que tiveram mandato até
1075 2002, depois em diante, continuaram fazendo o descumprimento da Lei de
1076 Responsabilidade Fiscal, continuaram fazendo pedaladas, todos eles, sem
1077 exceção. Mas quando a sociedade acordou, uma presidente caiu. Então a
1078 lei está em vigor e ainda que eventualmente no caso da lei ambiental, ela
1079 tenha deixado de ser observada e deixado de ser efetivamente fiscalizada,
1080 o fato é que nós temos uma determinação do atual minerador, de fazer o
1081 cumprimento da norma, compatibilizando então o equilíbrio ecológico com
1082 o desenvolvimento sustentável. Eu tenho uma responsabilidade enquanto
1083 subsecretario de fiscalização, eu sou servidor do estado, sou da área
1084 jurídico, tenho assumido desde meados de abril responsabilidade pela
1085 fiscalização ambiental do estado, não vou abrir mão de cumprir meu dever.
1086 E para cumprir o meu dever, tenho que fiscalizar, mas ao mesmo tempo eu
1087 não posso deixar de enxergar que há necessidade de o estado que talvez
1088 por falta de estrutura, uma falta de organização anterior, se ele não deu o
1089 devido apoio às inúmeras atividades, aos inúmeros empreendedores que
1090 querem produzir, que querem produzir renda, produzir serviços, produzir
1091 insumos, querem girar a economia, mas que precisam de cumprir a
1092 legislação ambiental, entre outras, agora nós temos esse propósito, de
1093 sentar e de buscar pensar todas as orientações, buscar dar todo apoio
1094 para que efetivamente os empreendimentos possam funcionar
1095 regularizados e, estando regularizados, com certeza os impactos ao meio
1096 ambiente estarão (trecho incompreensível). Então nosso propósito é esse,
1097 de não dispensar tratamento e deixar para um em detrimento do outro.
1098 Buscando equilíbrio, cumprindo-se a lei, todos estarão compreendidos aí
1099 nesse binômio aí de equilíbrio ecológico, um ambiente equilibrado
1100 ecologicamente e o desenvolvimento sustentável.” Jefferson: “Boa tarde a
1101 todos. Meu nome é Jefferson, estou aqui representando o Deputado
1102 Federal Zé Silva, hoje (trecho incompreensível) plenário. Queria
1103 cumprimentar também nosso colega de Emater aqui, o Vagner, e aí eu
1104 cumprimento todos os servidores do estado. (Trecho incompreensível)
1105 importante na discussão sobre a mineração, que foi a lei do deputado
1106 (trecho incompreensível) ele aprovou agora no mês de julho, através de
1107 um trabalho árduo desde o início do ano coordenando a comissão de
1108 Brumadinho, comissão na câmara (trecho incompreensível) e isso resultou
1109 na aprovação da lei de ecocídio, que tipifica como crime a questão
1110 ambiental das mineradoras e nada mais pertinente, a questão do
1111 Jequitinhonha em relação à contaminação do nosso rio. Agora a pena
1112 pode chegar até a 12 anos, antes nunca tinha sido discutido, desde a

1113 criação da nossa Constituição, a questão de tipificar como crime a
1114 responsabilidade, pagava-se uma multa administrativa quando
1115 contaminava, quando acontecia esse crime, agora sim tem uma lei que
1116 regulamenta isso para que as pessoas das mineradoras tenham mais
1117 consciência e ter mais responsabilidade, que na verdade o prejuízo é de
1118 toda a sociedade, e Brumadinho foi um crime que aconteceu, e Mariana
1119 passaram-se três anos, quatro anos e nada se tinha avançado. A gente
1120 conseguiu avançar através desse trabalho árduo. Fácil não foi, porque a
1121 pressão das mineradoras foi muito grande, mas a gente conseguiu aprovar
1122 devido (trecho incompreensível) mais de 245 pessoas mortas (trecho
1123 incompreensível). Em relação à questão do rio Jequitinhonha, nós temos
1124 aqui, com a máxima vênua ao advogado que veio aqui defender, pelo amor
1125 de Deus, o que mais prejudica e o que mais contamina não só o rio
1126 Jequitinhonha, (trecho incompreensível) os nossos rios, é a Copasa, é a
1127 COPANOR. Então o estado, que é o responsável pela (trecho
1128 incompreensível) também cobrar da Copasa para que seja feita pelo
1129 menos uma (trecho incompreensível) discurso de que é questão social,
1130 que não está tendo recurso, que se não multar, não vai ter condição de
1131 executar o que está determinado no abastecimento. Isso é uma falácia de
1132 quem está olhando, não está olhando para o povo, do lado do contribuinte,
1133 mas do lado dos acionistas da empresa, visando o lucro. Então deixo aqui
1134 também à disposição. E no mais, a gente tem que provocar isso mesmo,
1135 estou falando aqui a questão da mineração, o estado tem que dar um norte
1136 para isso. A gente fala muito da questão da (trecho incompreensível) na
1137 assistência técnica, a gente primeiro tem que recuperar os rios, os rios
1138 estão assoreados, fazer um plano de desassorear os rios não tem, ou se
1139 tem está engavetado numa gaveta muito grande do estado, que ninguém
1140 consegue encontrar. Mas o que tem que fazer é um plano de recuperação
1141 dos nossos rios. E aí é parte do planejamento de exploração, porque a
1142 mineração, ela tem que existir, é um fator econômico positivo. A nossa
1143 história do nosso estado é na mineração. Agora, o estado, o quê que ele
1144 faz? Ele pune e não dá uma solução, o que o senhor falou aí em relação à
1145 questão da exploração. Não custa ter um plano de exploração e mineração
1146 aqui (trecho incompreensível) e principalmente de recuperação, e aí entra
1147 a questão da Copasa, que ao invés de ajudar, faz cada dia mais poluir,
1148 poluir. Então deixo aqui o abraço do deputado, ele está à disposição, ele
1149 também é presidente da comissão externa da revitalização dos rios
1150 brasileiros e deixa aqui à disposição o comitê justamente para provocar
1151 essa discussão e, junto com o estado, procurar um caminho, um norte
1152 efetivo, outra reunião para discutir a mesma coisa, mas um plano efetivo
1153 de gestão, de estado, não de governo. Obrigado.” Conselheiro Alex
1154 Mendes Santos: “Houve a assinatura de um TAC, um Termo de
1155 Ajustamento de Conduta, eu lembro que na época eu acompanhei esse

1156 processo, entre Ministério Público e a cooperativa, e parece que esse TAC
1157 não foi cumprido, o que gerou esse processo todo. Então eu queria
1158 escutar, se possível, os dois lados, tanto o Ministério Público quanto da
1159 cooperativa, quais foram as dificuldades para o atendimento desse TAC,
1160 porque eu acho também que o estado deve ficar atento À essa situação
1161 para que a gente não faça novos acordos e daqui a pouco a gente está
1162 com outros, outras investidas, outros problemas e não resolveu
1163 efetivamente o problema. Então, se as duas partes quiserem colocar quais
1164 foram as dificuldades, eu gostaria.” Robson Lucas da Silva, SEMAD: “A
1165 respeito do TAC, só para (trecho incompreensível) que ele se encontra
1166 com seu termo de vigência já vencido, já superando. De fato, constatou-se
1167 (trecho incompreensível) e essa questão tem sido acompanhada pelo
1168 Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual. No que diz
1169 respeito à Secretaria de Meio Ambiente, a gente se colocou à disposição
1170 para buscar colaborar e viabilizar os empreendimentos e dizer também
1171 que há possibilidade de celebração de um TAC administrativo, no âmbito
1172 nosso do estado. Mas o nosso interesse é que nós tenhamos a
1173 participação de todos os segmentos, especialmente do Ministério Público
1174 como fiscal da lei, que possa dar o apoio de sustentabilidade legal e
1175 aqueles procedimentos que foram já judicializados, para que a gente não
1176 caminhe em divergência com aquilo que está sendo eventualmente
1177 discutido na justiça. Então em termos da Secretaria eu posso dizer. Agora,
1178 em relação a porquê de eventuais descumprimentos, vou deixar os
1179 esclarecimentos, se for o caso, da cooperativa. Pelo Ministério Público
1180 também, né? Conosco (trecho incompreensível) prazo expirado, não foi
1181 cumprido também. E vamos ouvir então os esclarecimentos, que o que nós
1182 temos aqui é proposta de convergência. Vamos ouvir.” Siqueira: “Bom,
1183 foram assinados dois TACs, o primeiro de 15 de dezembro de 2015, com a
1184 SEMAD, e em março de 2016 complementando foi feito um TAC com o
1185 Ministério Público. O TAC SEMAD só não foi cumprido ainda por
1186 desacertos ocorridos, para todos os senhores terem ideia, está lá na
1187 cooperativa, a cooperativa repassou para uma empresa chama Siga Meio
1188 Ambiente Gestão, R\$ 742.700,00, salvo engano, e não recebeu, só
1189 recebeu um PRAD, Plano de Recuperação de Área Degradada, que foi
1190 considerado válido pela SUPRAM Jequitinhonha. Nós temos análise da
1191 SUPRAM Jequitinhonha dando conta de quase tudo que era exigido por
1192 esse (trecho incompreensível). Então nós estamos com essa (inaudível),
1193 contratamos outra. Temos a dizer o seguinte, esse TAC com a SEMAD foi
1194 lógico, correto, razoável, tanto que temos que dar a mão à palmatória,
1195 vamos ter que refazer os mesmos passos e, provavelmente, nos vão exigir
1196 a mesma coisa porque é a letra da lei é quem diz. Quanto ao TAC com o
1197 Ministério Público, fosse eu o presidente da cooperativa na época, fosse
1198 eu o secretário, eu não assinaria, porque eu colocaria inclusive até os

1199 meus bens pessoais em perigo, que assumiram um compromisso que não
1200 tinham condição de cumprir. Repasse de quase 800 hectares de terra para
1201 o estado para reposição ambiental. Uma cooperativa que sequer tem uma
1202 sede, vive de pagar aluguel. Fazer um viveiro para atenção, resgate,
1203 hospitalização e recuperação de animais silvestres em 03 hectares, porque
1204 ela não tem os 03 hectares, não tem como fazer esse viveiro público.
1205 Então, me parece que na época, eu até comentei com o prefeito Juscelino,
1206 falei: 'Juscelino, você participou dessa assinatura do TAC? Como que você
1207 deixou esse pessoal assinar isso?', 'Oh (trecho incompreensível), foi
1208 (trecho incompreensível) do Ministério Público (trecho incompreensível'.
1209 Eu acho o seguinte, não sei se é porque eu trabalhei 30 anos na Polícia
1210 Militar, e eu aprendi uma coisa de extrema validade, que quanto maior a
1211 urgência, maior a prudência. Se você vai com uma rádio patrulha, com
1212 uma ambulância para salvar uma vida, entra numa curva a 120km por
1213 hora, você tinha que entrar em 40, você provoca um problema muito maior.
1214 Então, é o que eu digo, nós estamos com esses problemas todos, eu
1215 tenho quase certeza que nós temos que repactuar esse TAC com o
1216 Ministério Público, ele é impossível de ser cumprido. Nós temos outros
1217 problemas a se olhar, porque parte do rio Jequitinhonha fica na área de
1218 amortecimento no parque de Biribiri, é outro problema ambiental também
1219 que tem que ser olhada com muita, é muito particular. Então quanto a
1220 parte do TAC, nós estamos com todos os municípios, nós estamos
1221 parados na área da LI, tanto que essa operação do dia 2 de abril, ela
1222 explodiu, atuou forte mesmo nas áreas ocupadas da mineração (trecho
1223 incompreensível) na área da (trecho incompreensível) porque mesmo
1224 estando paralisada por falta da licença ambiental, o TAC teve um condão
1225 assim de uma licença ambiental provisória, não estava totalmente regular
1226 e não foi conhecido como (trecho incompreensível) clandestina. Então nós
1227 agradecemos aos receptores e mentores da operação isso que nos
1228 fizeram, nos extinguiram, realmente a área da cooperativa foi resguardada.
1229 E eu gostaria também de dar uma palavrinha para aquela moça de Olhos
1230 D'água, que Olhos D'água é o começo do médio Jequitinhonha. Olhos
1231 D'água ainda é um pouco dividida entre garimpo e agricultores, e gostaria
1232 de dizer a ela o seguinte, que nós respeitamos por demais as pessoas que
1233 moram nas margens do rio, assim como todas as pessoas que necessitam
1234 de água, e sempre lutamos por uma água de qualidade desse rio. Mas ela
1235 não precisa ficar triste não porque nós não temos barragem à jusante aqui
1236 para matar as pessoas, nós não contaminamos o rio com mercúrio,
1237 somente a mineração (trecho incompreensível) e a mineração rio novo que
1238 usaram mercúrio aqui na região, assim mesmo em laboratório, nunca
1239 houve contaminação por mercúrio, eles não precisam ter essa
1240 preocupação. E quando o secretário de meio ambiente veio aqui em 2017,
1241 Germano Vieira, nós fizemos para ele uma apresentação onde nós

1242 mostramos na ponte do rio Jequitinhonha (trecho incompreensível) a água
1243 completamente limpa, na ponte que vai para Olhos D'água, uma água
1244 lamacenta e no fim da (trecho incompreensível), da cooperativa, nós
1245 mostramos uma água com um (trecho incompreensível) a água tão limpa
1246 que dava pra ver o peixe passando, mostramos isso para o Secretário de
1247 Meio Ambiente. Quer dizer, dentro da área da cooperativa, nós estávamos
1248 fazendo as bacias de depósito de rejeitos e devolvendo a água limpa ao
1249 rio. Então eu tenho certeza que se o garimpo voltar, ele vai voltar
1250 regularizado, não tem outra maneira. Então que Olhos D'água, e o médio
1251 Jequitinhonha e o baixo do Jequitinhonha fiquem tranquilos, se o motivo da
1252 inimizade é esse, nós podemos continuar amigos, porque a água vai
1253 descer limpa. Obrigado.” Não se identificou: “Boa tarde, meu nome é
1254 (trecho incompreensível), eu tive o prazer de fazer estágio no IEF, com o
1255 pessoal da SUPRAM. Eu tive o prazer de trabalhar na cooperativa dos
1256 garimpeiros. Fiz pesquisa no Centro Federal de Tecnologia, CEFET de
1257 Minas e transitando por todas as linhas, eu aprendi a reconhecer e
1258 conhecer qual que é o sentimento de cada poder (trecho incompreensível)
1259 que é o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade ambiental. De
1260 tanto a apresentação do técnico, colocou a questão do artigo 3º da lei, que
1261 expressamente proíbe a intervenção no curso de (trecho incompreensível),
1262 mas tem uma ressalva que precisa ser colocada (trecho incompreensível)
1263 porque tem um parágrafo único, excetua a proibição prevista no inciso I do
1264 “caput” deste artigo a intervenção de utilidade pública e interesse social
1265 devidamente autorizada pelo órgão ambiental. Então tem uma ressalva
1266 que autoriza sim essa intervenção, ela precisa ser estudada. A questão da
1267 cooperativa como um todo, eu em 2015, presidente, eu fiz um artigo e
1268 entreguei em mãos para o presidente, dizendo para ele: ‘Presidente’, por
1269 uma questão de amizade com ele, falei: ‘Presidente, não vai dar certo. Não
1270 adianta a cooperativa assinar isso porque não vai dar certo, por várias
1271 premissas, uma delas é a seguinte coisa: assina-se um Termo de
1272 Competência Estadual, que é um órgão estadual, para lidar com bem da
1273 União. Ou seja, o produto que vocês (trecho incompreensível) pertence à
1274 União, não pertence ao estado de Minas Gerais. Então, tem que ter a
1275 competência do estado de Minas Gerais (trecho incompreensível)
1276 ambiental, da legislação ambiental, mas nós estamos falando de uma
1277 questão de propriedade da União. A questão à jusante do rio Tabatinga,
1278 que eu concordo com o senhor que foi uma questão direcionada, isso é
1279 escancarado, isso não é segredo pra ninguém, mas essa lei precisa ser
1280 revista e o estado precisa de olhar isso, por uma questão de (trecho
1281 incompreensível) porque se fosse eu o advogado da cooperativa, eu já
1282 tinha entrado com ação direta de inconstitucionalidade dessa lei. Por qual
1283 motivo? Primeiro que ela preserva só uma parte do rio. Segundo, o rio
1284 Jequitinhonha, salvo engano, me corrijam se eu estiver errado, ele

1285 transcende o estado de Minas Gerais, então tem competência aí que está
1286 previsto no artigo, no inciso I, que o inciso I já traz isso, modificação no
1287 leito das margens, ressalvada a competência da União sobre os rios de
1288 seu domínio. O rio Jequitinhonha é de domínio do estado ou da União? É
1289 uma pergunta que precisa ser respondida. Então, mas eu acho que isso
1290 não é da competência, há uma divergência, nós temos que resolver essas
1291 questões com responsabilidade penal. Mas, no conflito social, precisa se
1292 adotar medidas que saiam um pouco da retaguarda, porque senão a coisa
1293 (trecho incompreensível) e eu estou falando porque de certa forma eu sou
1294 advogado e eu milito nessa área e eu vou mede parar com a SUPRAM na
1295 questão de defesa dos meus clientes na questão de mineral. Então nós
1296 vamos (trecho incompreensível) um campo de conflito. O assessor do
1297 deputado falou da questão (trecho incompreensível) uma lei, acabou de
1298 sair do forno, mas quem (trecho incompreensível)? Nossa, o Alex, não sei
1299 se o Alex, professor universitário, está aqui. Nós fizemos um seminário,
1300 (trecho incompreensível) Alex professor da universidade, nós fizemos um
1301 seminário para debater esgoto a céu aberto em Diamantina, cidade
1302 patrimônio cultural da humanidade, (trecho incompreensível) seu esgoto a
1303 céu aberto, a responsabilidade da COPASA nisso? E se a gente vai agora
1304 com essa lei entrar com responsabilização contra as autoridades que são
1305 responsáveis por isso. Inclusive o prefeito municipal, porque a ação da
1306 COPASA aqui é uma concessão do município. Vai responder
1307 criminalmente por isso, por uma questão de proteção ambiental. Então eu
1308 acho que, de certa forma, essa questão de achar um bode expiatório que
1309 seja o pequeno minerador, que seja o grande minerador, que seja... Nós
1310 não temos uma política de estado que fale sobre o desenvolvimento
1311 sustentável, estou falando do desenvolvimento sustentável, mas estou
1312 falando de mineração e estou falando de meio ambiente. Ou seja, não tem
1313 uma política responsável de estado que de fato resolva esses problemas.
1314 1989 nasceu a cooperativa, de lá, em 1989 teve (trecho incompreensível)
1315 federal, em 1988 ação (trecho incompreensível), em 2005 teve a ação da
1316 polícia, está nesse artigo, eu queria até vênha aos garimpeiros para fazer
1317 uma ilação de dizer assim que política de formigueiro, que você cutuca. Na
1318 hora que você cutuca, algumas formigas te mordem, as que mordem você
1319 para, mas a maioria foge. Na hora que você sai de cena, que é o que o
1320 estado sempre fez, sempre saiu de cena no Jequitinhonha, o formigueiro
1321 se instala de novo. E existe uma máxima, que não é pra nossa geração,
1322 gente. Não é da nossa era, não é exclusividade da nossa era, isso é fato:
1323 enquanto existir ouro e riqueza e o ser humano tiver ciência dessa riqueza,
1324 ela será perseguida, clandestinamente ou legalmente. Clandestinamente
1325 ou legalmente. Então acho que nós precisamos, (trecho incompreensível)
1326 porque nós no campo de ação, nós estamos propondo a criação de um
1327 conselho deliberativo para discutir a questão (trecho incompreensível) da

1328 mineração. Eu, advogado, que milito nessa área, nós estamos propondo a
1329 criação de um conselho, não sei se vai ser um conselho de
1330 desenvolvimento sustentável regional ou se é um conselho da mineração
1331 regional, mas nós vamos propor essa formação do conselho e inserir
1332 convidados a integrar esse conselho, mas precisa ter uma paridade, tanto
1333 o setor produtivo quanto o setor social precisa da mineração garimpeira,
1334 que converse com pauta e com proposição que vire algo efetivo, vire uma
1335 política de estado, ok? Muito obrigado.” Gilmar dos Reis Martins,
1336 Supram/JEQ: “Só um esclarecimento com relação à lei de rios de
1337 preservação permanente, porque no artigo 3º, ele foi regulamentado pelo
1338 decreto 45417 de 2010, e lá prevê quais atividades que de fato entrariam
1339 naquelas exceções, e nessa mineração, a relação (trecho
1340 incompreensível) atividades conhecidas possíveis de serem (trecho
1341 incompreensível) coisas desse tipo, de atividade (trecho incompreensível).”
1342 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Boa tarde. Eu vou dividir
1343 minha fala aqui em duas partes, vou abordar a questão do TAC que o Alex
1344 provocou aqui na segunda parte. E na primeira eu quero dialogar com o
1345 doutor Robson sobre a primeira fala dele na questão da parceria com a
1346 FIEMG e as fiscalizações de caráter educativo. Acho que é uma iniciativa
1347 válida, tanto a boa fé do empreendedor. E nesse sentido, eu sou analista,
1348 sou técnico, e compartilhar também a minha experiência de campo na
1349 região da minha (trecho incompreensível) toda essa região aqui do Alto
1350 Jequitinhonha, uma questão do (trecho incompreensível) a questão do
1351 Médio Jequitinhonha e do Mucuri em relação (trecho incompreensível). O
1352 que a gente observa é justamente essa falta, é o contrário, é a má fé,
1353 porque o setor, ele convive com uma dose grande de ilegalidades, vou
1354 dizer, materialidade é crime, crimes ambientais, usurpação de patrimônio.
1355 Então a gente dá exemplo de Franciscópolis, a gente se depara com
1356 muitas pedreiras clandestinas. Clandestina não, irregular, completamente,
1357 vamos fazer analogia de um ladrão aqui que explora de um banco para
1358 poder auferir o resultado daquela... Então é um tipo de dano que eu tive
1359 oportunidade a tempos atrás de, alguns anos atrás, de fazer essa
1360 apresentação e mostrar inclusive essas fotos num fórum de (trecho
1361 incompreensível) aqui em Diamantina. Então, coloco a disposição para a
1362 gente poder avançar nesse ponto e demonstrar (trecho incompreensível) a
1363 questão dos crimes ambientais e das irregularidades. Crimes ambientais
1364 tem os fiscais, isso também tem outras repercussões, tem as correções
1365 (trecho incompreensível) do garimpo e a usurpação do patrimônio. A gente
1366 sabe que tem setores do estado que funcionam muito bem, posso dar
1367 vários exemplos, por exemplo, questão de saúde mesmo, tinha um
1368 programa de saúde (trecho incompreensível) obrigatória (trecho
1369 incompreensível) por exemplo. Então, assim, foi uma medida que foi
1370 positiva (trecho incompreensível) verificar lá os cachorros, enfim. Então,

1371 (trecho incompreensível) quando o estado quer, ele funciona. Então, essa
1372 pauta de fiscalização que a gente conviveu, convive, a própria
1373 inadimplência das autuações, não só aqui em Minas Gerais, mas no Brasil,
1374 ela é a própria política do estado que perpassa, a gente vê que no estado
1375 a continuidade da política do meio ambiente, do (trecho incompreensível),
1376 política da FIEMG, enfim, nessa questão ambiental, que teve essa
1377 continuidade, mas ressaltando essa questão da, que essa falta de
1378 fiscalização, a questão (trecho incompreensível) eu vou pegar esse
1379 gancho, ontem eu indo lá em Belo Horizonte assisti um filme, convido a
1380 todos também a assistir, chama 'O Amigo do Rei', um filme que conta
1381 sobre a tragédia de Mariana, um filme emocionante principalmente pelas
1382 pessoas que se envolveram em volta daquela tragédia, e aí a gente vê, por
1383 exemplo, que a política de fiscalização de barragem no estado era de 4
1384 técnicos, que a fiscalização é de 130 (trecho incompreensível). Então a
1385 própria política do estado era essa, era... Para e pensa, o sucateamento
1386 dos órgãos ambientais, essa falta de recursos, falta de técnicos, de
1387 pessoal, é a própria política, é o que o estado quis executar. Não é que ele
1388 deixou de executar. A política foi destinada, 4 técnicos para fiscalizar os
1389 730 (trecho incompreensível). Então, isso é de competência da União, eu
1390 quero dizer que isso também se reproduz no estado. Então, voltando pra
1391 questão das rochas (trecho incompreensível), essas, esses blocos de
1392 rocha são transportados na região (trecho incompreensível) eu tive
1393 oportunidade de verificar isso, à noite, por estradas de sinais, carretas
1394 também. Como é que isso sai do estado e vai para outro sem essa política
1395 de (trecho incompreensível)? Isso não é, isso está à vista de todo mundo,
1396 isso não é uma coisa clandestina, (trecho incompreensível) que é feito na
1397 sombra. E o próprio setor (trecho incompreensível) porque onde que esses
1398 blocos são deslogrados lá no Espírito Santo e são exportados? Então é
1399 uma questão que a gente tem que avaliar com cuidado pra gente não cair
1400 também numa política da ingenuidade e achar que o setor não conhece
1401 essas práticas, as boas práticas. Quando a gente vê soterramento de
1402 vegetação, intervenção em corpos hídricos, abandono de lavras, como é
1403 comum aqui na nossa região do Alto Jequitinhonha sempre ver essas
1404 rochas (trecho incompreensível) são muito sensíveis à monta, a rocha de
1405 revestimento, é uma questão estética, tem uma ardósia que estava na
1406 moda anos atrás, passou pelo mármore, foi para o granito, alguns tipos de
1407 granito, mais escuro, mais claro, e de repente quando (trecho
1408 incompreensível) deixa de ser rentável, viável, aquela rocha saiu de moda,
1409 o Alex pode contar aqui como é que a questão do (trecho incompreensível)
1410 tem várias empresas grandes que abandonaram as jazidas sem (trecho
1411 incompreensível) sem nenhuma medida de controle. A empresa não sabe
1412 que tem que fazer? Sabe. Eu preciso falar com a empresa que ela (trecho
1413 incompreensível) para não gerar poeira? Então o próprio setor convive

1414 com isso. Bom, com essas irregularidades partilha e, claro, estou falando
1415 do setor e claro que tem que fazer distinção que há alguns
1416 empreendimentos, há ali empreendimentos sérios, é preciso fazer essa
1417 ressalva, mas mesmo alguns desses empreendimentos sérios, eles entram
1418 nesse, vamos dizer, de certa forma, conivência com o que acaba sujando
1419 e manchando todo o setor. Já passando aqui para essa questão do
1420 garimpo, a gente não pode, primeiro não ficou claro pra mim se, por essa
1421 última fala do presidente da Associação, que ele falou que essa operação,
1422 ela de certa forma preservou a área da cooperativa. Eu não entendi direito
1423 se ele estava defendendo os cooperados ou se os clandestinos que
1424 estavam fora da cooperativa. Isso pra mim não ficou claro na fala dele.
1425 Mas de qualquer forma, a gente não pode dizer que foi uma questão
1426 surpresa, dadas essas tentativas de não regularização, mas o TAC com o
1427 Ministério Público, por exemplo, é uma questão de, ou com a própria
1428 SEMAD, foi de minimamente organizar a exploração para conseguir
1429 licenciar, (trecho incompreensível) observa as imagens da (trecho
1430 incompreensível) e o fato está claro, não existe possibilidade de... Os
1431 impactos estão evidentes, não é só área de rejeito, pode ser na área da
1432 cooperativa, mas a gente observa claramente nas imagens o (trecho
1433 incompreensível). Inclusive por fora da área de APP, que aí poderia até
1434 discutir a questão da regularização, mas essa questão que aí a correção
1435 (trecho incompreensível) e muitas vezes acho que quem está aí, com todo
1436 respeito ao trabalhador garimpo, com todo respeito, que está ali na (trecho
1437 incompreensível) não tem às vezes a compreensão macro do quê que é a
1438 questão do diamante. O diamante é o brinquedo do mundo, (trecho
1439 incompreensível) diamante. Então, essa questão de, dessa peça da
1440 engrenagem, então isso tem uma exploração, se não tem como ter
1441 certidão de nascimento, como é que você vai tirar o passaporte para sair
1442 daquele país? (Trecho incompreensível) praticamente ao lado da, a menos
1443 de 2 quilômetros (trecho incompreensível) isso em entra nos crimes que
1444 não tem a ver com a extração. E aí eu renovo o meu respeito ao
1445 trabalhador do garimpo, porque não é ele quem auferes esses ganhos,
1446 esses lucros. Isso é um tipo de uma lavagem de dinheiro, por exemplo. É
1447 inerente à atividade, eu tenho milhões que são extraídos ali e o quê que
1448 isso vai virar? Isso claramente outros crimes ocorrendo que não tem nada
1449 a ver com o trabalhador, mas essa engrenagem maior, que ele é uma peça
1450 ali. Então eu acho que a gente tem algumas dificuldades em relação ao
1451 Jequitinhonha, que é um (trecho incompreensível) a gente teve um
1452 enfraquecimento realmente da legislação ambiental, esse novo código
1453 florestal aqui pra nós mesmos, em relação ao Jequitinhonha, foi uma coisa
1454 muito prejudicial no sentido de aquela questão do leito maior, o rio
1455 Jequitinhonha é muito arenoso, então ele muda, a característica dele é
1456 mudar, (trecho incompreensível) joga um pouco pra cá, joga um pouco pra

1457 lá, então a gente olha a realidade e a gente vê os leitos antigos, onde que
1458 ele passou a tempos atrás. E veja, eu não estou nem falando de tempos
1459 remotos, eu posso falar de questão de décadas, poucas décadas. Então a
1460 gente tem essa dinâmica. Então quando a gente coloca aquele leito
1461 mínimo, tem que avaliar (trecho incompreensível) isso vai implicar em
1462 variação da APP. Então gera uma complexidade adicional nessas
1463 definições. Mas, enfim, o que eu quero dizer é que a atividade, ela precisa
1464 dar um salto de qualidade, a cooperativa é um tema com uma
1465 possibilidade de profissionalização da atividade, precisa dar esse salto de
1466 qualidade. E essa profissionalização, essa responsabilização,
1467 responsabilização técnica perante os impactos, ela é necessária inclusive
1468 para conseguir ajuda da FIEMG, porque de repente se isso já fosse,
1469 vamos dizer, num nível mais empresarial, de repente os senhores
1470 receberiam essa fiscalização orientativa. Então, infelizmente a doutora
1471 Denise não está aqui agora para a gente conversar, mas certamente terá
1472 na ata. Então acho que é até uma perspectiva dos senhores até procurar a
1473 FIEMG para esclarecerem essa sinergia, de repente de profissionalização
1474 mesmo da atividade. Bom, acho que a questão das compensações, a
1475 gente não pode negociar. O Ministério Público enquanto instituição, a
1476 gente não pode negociar algumas questões fundamentais. Então, (trecho
1477 incompreensível) objetivamente provocado, há que se ter uma
1478 compensação objetiva, então nesse sentido criar medidas que foram
1479 acatadas no primeiro momento, de compensação realmente à sociedade
1480 pelos danos que a gente consegue visualizar claramente nas imagens
1481 aéreas (trecho incompreensível) então é nesse sentido que foram feitas
1482 essas questões da compensação. Muito obrigado.” Robson Lucas da Silva,
1483 SEMAD: “Doutor Henrique, obrigado pelas considerações. Também
1484 agradecer ao (trecho incompreensível) Mas é importante a gente observar
1485 essas manifestações, elas guardam pertinência com os diferentes pontos
1486 de vista, e daí a relevância da participação de todos para que cada
1487 impressão dessa possa agregar esse trabalho aqui, e de fato nós
1488 buscamos uma sinergia para conquistar, se almejar esse salto de
1489 qualidade, profissionalizar, regularizar e as observações que foram
1490 abordadas aqui, eu gostaria de apenas tecer um pequeno comentário em
1491 relação à atuação da fiscalização, posto que o senhor apontou, doutor
1492 Henrique, é importante porque nós temos muitas atividades e a nossa
1493 intenção de introduzir essa fiscalização preventiva, ela partiu de uma
1494 percepção da precariedade, especialmente de pequenos empreendedores.
1495 (Trecho incompreensível) com pequeno porte, e então por falta de
1496 condições, de conhecimento, seria uma oportunidade de a gente alcançar
1497 esse segmento. E nós sabemos também que outros segmentos agem
1498 permanentemente com má fé, e aí buscam burlar o sistema de
1499 fiscalização, que já é precário e, com isso, o lucro em primeiro lugar e o

1500 resultado é o comprometimento e desrespeito em relação ao ambiente
1501 ecologicamente equilibrado. A subsecretaria de fiscalização, ela age
1502 impulsionada, em regra, por denúncias, e essas denúncias nós
1503 compartilhamos com a polícia militar, que (trecho incompreensível) nos
1504 auxilia significativamente, e também temos um plano (trecho
1505 incompreensível) de fiscalização que busca priorizar setores estratégicos,
1506 a partir da recorrência de informações da área tributária, de percepções
1507 dos órgãos de controle, então a gente executa muita fiscalização a partir
1508 de requisições do judiciário, de requisições do Ministério Público, e então
1509 esses segmentos, eles dentro das nossas forças, eles também têm (trecho
1510 incompreensível) e na expectativa de termos uma maior (trecho
1511 incompreensível) da fiscalização preventiva, certamente aquele que está
1512 de má fé vai continuar na clandestinidade. Então será importante o
1513 mapeamento dessas situações para que o planejamento estratégico seja
1514 voltado então para o combate dessas ilegalidades. O senhor bem
1515 mencionou aí a precária estrutura da fiscalização, o grande número de
1516 barragens de mineração, o senhor ressaltou também o aspecto da
1517 segurança de barragem que é da alçada federal, e nós, do meio ambiente,
1518 procuramos desenvolver a fiscalização em cima das repercussões do meio
1519 ambiente. Então, em razão dos dois eventos que tivemos, em Mariana e
1520 em Brumadinho, a gente já estabeleceu um procedimento especial para
1521 poder alcançar de forma preventiva situações, de modo que não ocorram
1522 desastres criminosos como aqueles que aconteceram. E, enfim, a nossa, o
1523 nosso papel aqui é esse, de ouvir a todos, equacionarmos todas as
1524 colocações para que isso possa na nossa atuação.” Cândida Cristina
1525 Barroso, Supram/JEQ: “Temos (trecho incompreensível).” Não se
1526 identificou: “Bom, boa tarde, meu nome é (trecho incompreensível) e
1527 também atuo como professor na (trecho incompreensível), eu sou da área
1528 de química especificamente. Eu tenho na verdade duas colocações, eu
1529 vou tentar ser um pouco objetivo pra gente poder adicionar com o que a
1530 gente tem. Num primeiro momento, a atividade garimpeira, ela tenta numa
1531 escala de potencial poluidora (trecho incompreensível) frente aos outros
1532 setores econômicos que executam a atividade e que potencialmente são
1533 poluidoras do rio Jequitinhonha. Existe esse mapeamento? Se existe, é
1534 importante a gente divulgar para saber qual medida compensadora na
1535 atividade garimpeira faz frente a outras atividades. Então esse é um ponto
1536 de monitoramento. Existe? Se existe, eu queria entender como a gente
1537 acessa isso. O segundo ponto é (trecho incompreensível) trabalhar junto
1538 com as instituições, a gente pega atualmente toda a região garimpeira
1539 (trecho incompreensível) a gente atua trabalhando nas (trecho
1540 incompreensível) a gente tem feito alguns trabalhos junto (trecho
1541 incompreensível) possibilidade, por exemplo, do uso do (trecho
1542 incompreensível) com monitoramento frequente (trecho incompreensível)

1543 tanto Jequitinhonha (trecho incompreensível) alto, médio e baixo, (trecho
1544 incompreensível) coloco essa possibilidade de análise e qualificação da
1545 água e tentar constituir uma relação independente dos empreendimentos
1546 que são aqueles que normalmente fazem os laudos e apresentam isso de
1547 forma, (trecho incompreensível) quesitos que são pertinentes aos (trecho
1548 incompreensível) mas que sejam feitos de forma independente e que a
1549 gente possa trabalhar nessas três regiões, alto, médio e baixo, e aí eu
1550 coloco a IFMG dentro desse conceito (trecho incompreensível) deste
1551 monitoramento frequente, o que poderia (trecho incompreensível)
1552 instrumento para que a gente possa analisar quais são os potenciais
1553 poluidores, os tipos de análise feitas para identificar algum determinado
1554 ponto de exceção que poderia (trecho incompreensível) nesse ponto
1555 encaminhar para a fiscalização e, a partir daí, identificar quem é o real
1556 potencial poluidor (trecho incompreensível) Então (trecho incompreensível)
1557 trabalhar essa relação (trecho incompreensível) tem parcela de recurso
1558 que é adquirida (trecho incompreensível) essa proposição, a minha
1559 sugestão é que entre no JQ2, porque isso tem (trecho incompreensível) e
1560 as instituições de ensino, universidades, a gente tem condição de dar
1561 suporte, porque eu percebo que muito do que se está apresentando agora
1562 são potenciais poluidores e a gente trabalha com (trecho incompreensível)
1563 medidas de proteção. Então a intenção seria desenvolver nos cursos uma
1564 (trecho incompreensível) medidas de proteção para que a gente minimize
1565 esse dano (trecho incompreensível) nesse ponto, assim como a
1566 fiscalização da atividade, que também é responsabilidade do conselho, a
1567 gente tentar trabalhar de forma conjunta e melhorar essa ação na região
1568 do Jequitinhonha, que aqui também (trecho incompreensível) de empresas
1569 que residem na região. Então queria colocar essas duas posições e o
1570 (trecho incompreensível) fica à disposição para atuar de forma conjunta.”
1571 Robson Lucas da Silva, SEMAD: “Eu gostaria de, em respeito aos dois
1572 pontos, primeiro, o balizamento dessa classificação se encontra na Diretriz
1573 Normativa 217, que foi construída agora no COPAM a partir (trecho
1574 incompreensível) dos diversos segmentos profissionais, e ali nós, os
1575 senhores podem fazer um comparativo e dentro da especificidade da
1576 atuação, se identificar como pertinentes ou necessidade de melhoria, nós
1577 estamos abertos para as contribuições. Em relação ao segundo ponto,
1578 também alegando aí a sua proposição, colocaria que o Instituto Mineiro de
1579 Gestão de Águas, o IGAM, ele faz esse trabalho ao longo do nosso
1580 território mineiro todo, tem técnicos capacitados, químicos, temos
1581 laboratórios sérios conveniados, cadastrados, e no âmbito do SISEMA,
1582 nosso objetivo é exatamente adquirir e trabalhar a sinergia do salto de
1583 qualidade. Podemos sim conversar, a iniciativa pode ser local e, com
1584 certeza, o IGAM estará ao inteiro dispor para (trecho incompreensível) com
1585 os senhores nessa trajetória.” Conselheira Márcia Elisa Rocha Santos:

1586 “Novamente estou secretaria do Meio Ambiente em Diamantina, e
1587 desenvolvimento agropecuário, que é uma secretaria só, e na verdade não
1588 é uma pergunta, é só uma contribuição (trecho incompreensível) pessoas
1589 se pronunciaram e a gente vem acompanhando essa recuperação, a
1590 questão da (trecho incompreensível). Primeiramente, dizer da importância
1591 desse diálogo que o SISEMA está proporcionando, porque desde que
1592 fechou, desde que teve a atividade lá, a operação, a gente não teve um
1593 momento tão (trecho incompreensível) várias instituições, várias pessoas
1594 pudessem se manifestar, e ouvir um pouco de cada, ouvir a parte da
1595 cooperativa, ouvir de outros municípios, instituições e tentar chegar a um
1596 denominador comum, que é, acho que é a intenção de todos. A gente sabe
1597 que a cooperativa, em vários pontos, cometeu algumas falhas, inclusive
1598 nos TACs, eles tinham tanto um TAC com o Ministério Público quanto TAC
1599 com a SEMAD, e logo que teve essa operação, a gente conseguiu (trecho
1600 incompreensível) e deixou bem claro que as cláusulas do TAC, elas são
1601 especificamente técnicas, né? E que a possibilidade de um novo TAC, elas
1602 continuarão específicas ali. E realmente, a gente pode perceber que são
1603 técnicas mesmo, e aí o TAC (trecho incompreensível) que a cooperativa
1604 precisa sentar e estudar novamente as formas de recuperação, quais são
1605 as responsabilizações. Mas fato é que a atividade, ela está aí, é uma
1606 atividade centenária, isso já dissemos, então a gente precisa, de certa
1607 forma, tentar equalizar a questão da preservação do meio ambiente, com o
1608 desenvolvimento da atividade sustentável. Nós acompanhamos aí o
1609 grande impacto que ocorreu desde que a atividade foi interrompida, a
1610 questão dos garimpeiros, questão social, que teve uma participação
1611 importante tanto no município de Diamantina quanto do município de
1612 Couto Magalhães, que a atividade também existe no município. Entendo
1613 também a fala da colega da cidade de Olhos D’água, porque a gente já
1614 vinha ouvindo falar que o município, os municípios abaixo estavam
1615 preocupados com a questão da (trecho incompreensível) da água, e ela
1616 leva uma questão que o presidente da cooperativa também tinha essa
1617 preocupação, a gente conversou por diversas vezes, e é o que o senhor
1618 Silveira falou, é importante que a cooperativa se manifeste e seja ouvida
1619 para que essa cultura de achar que, de colocar o garimpeiro como muitas
1620 vezes o mau da história, o bandido (trecho incompreensível) diferenciar
1621 que existe a questão da atividade econômica (trecho incompreensível)
1622 deles, mas que existe a operação também da recuperação, e a gente sabe
1623 que é necessário ter essa regularização, porque quem conhece a área, a
1624 questão é muito pelo seguinte, se a gente não regulariza (trecho
1625 incompreensível) dessa área, quem vai recuperar (trecho incompreensível)
1626 que está lá hoje? E a gente sabe que não é pequeno. Então acredito que a
1627 cooperativa tem que se responsabilizar por cumprir todas as medidas que
1628 possivelmente vierem a ser firmadas no novo TAC para criar, não sei,

1629 (trecho incompreensível) para que seja trabalhada essa recuperação
1630 ambiental, independente do passivo ser da cooperativa ou das empresas
1631 anteriores que degradaram, o passivo precisa ser recuperado, e não é
1632 pequeno. E também dizer da questão (trecho incompreensível) dinâmica e
1633 atuante do prefeito desde o momento do fechamento do garimpo, até
1634 antes, de (trecho incompreensível) todos os TACs com a SEMAD, (trecho
1635 incompreensível), mas ele acompanhou os TACs com a SEMAD, então
1636 dizer dessa preocupação dele. Em nenhum momento ele deixou de lado a
1637 questão ambiental, a questão da preservação, mas ressaltou (trecho
1638 incompreensível) a questão da atividade socioeconômica sustentável que
1639 os garimpeiros (trecho incompreensível) há séculos e séculos no
1640 município.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Responder ao
1641 colega aqui, fazer um convite para continuar essa conversa, essa
1642 proposta. Talvez o (trecho incompreensível) mas aí queria te convidar para
1643 ir lá na promotoria e (trecho incompreensível) e aí a gente combina como
1644 desenvolver essa possibilidade, né? Aproveitando também, só para
1645 complementar a fala da necessidade de profissionalização da atividade do
1646 garimpo, até pra gente não continuar permitindo velhos, continuar na
1647 mesma sistemática, a gente tem, sabe que Diamantina, a própria, o próprio
1648 nome, e que essa atividade (trecho incompreensível) foi desenvolvida aqui
1649 na região, a gente tem lavras aqui que historicamente saía diamante na
1650 roupa (trecho incompreensível) e quando a gente olha pra uma cidade que
1651 não tem sequer tratamento de esgoto, é que a gente verifica essa questão,
1652 para onde está indo esse dinheiro? O que é que está ficando com
1653 Diamantina? A gente está exportando bilhões em diamante, de forma
1654 completamente clandestina, ao longo desses 10 anos (trecho
1655 incompreensível), o que é que foi feito desse recurso? Tudo bem,
1656 sustentou, sustenta várias famílias, mas me parece muito pouco em
1657 relação ao potencial que a sociedade, que arca com os impactos, e não
1658 está aqui esse retorno. Então (trecho incompreensível) regularizar da
1659 forma que os trabalhadores possam executar sua atividade com dignidade,
1660 mas de uma forma profissional que inclusive possa beneficiar o conjunto
1661 da sociedade, é o que acontece, por exemplo, lá em Olhos D’água, a
1662 gente vê a questão da degradação ambiental, isso é nítido nas imagens. O
1663 quê que a gente pode ganhar com isso? No que isso pode se reverter de
1664 forma estrutural para o município? É inadmissível uma riqueza dessa e
1665 (trecho incompreensível) plano de esgoto aqui. Esse assunto também, a
1666 gente abordava lá nesse filme, que eu insisto que quem tiver interesse nas
1667 questões ambientais, ‘O amigo do rei’, (trecho incompreensível) circuito
1668 comercial a partir de hoje, e depois vai ter um sistema alternativo, depois
1669 de setembro. Discute justamente a dependência dos municípios
1670 mineradores em relação àquela atividade, de modo que vai ficar meio que
1671 refém daquela atividade. Então, de certa forma você é coagido, como é o

1672 caso de Mariana, ao retorno de uma empresa criminosa sem que a
1673 reparação tenha sido feita. Então essa situação de dependência e de,
1674 (trecho incompreensível) da questão da economia, isso (trecho
1675 incompreensível) realmente para o município. Então a gente tem que usar
1676 (trecho incompreensível) os recursos que podem ser, que hoje são
1677 embolsados, muito poucos, e isso gera outros crimes conexos, para onde
1678 vai essa riqueza, como é que essa riqueza (trecho incompreensível) enfim,
1679 mas como é que a gente gera o diamante virar uma saúde de qualidade?
1680 (Trecho incompreensível) próprio garimpeiro, a gente sabe que a área da
1681 saúde aqui em Diamantina (trecho incompreensível), o hospital está até
1682 para fechar, com essa profissão enorme que a gente teve nos últimos
1683 anos. Como é que a gente discute uma escola (trecho incompreensível)
1684 vire uma escola de qualidade para os filhos dos próprios garimpeiros?
1685 Então, a gente está nesse momento de dar esse salto de qualidade. A
1686 gente não pode continuar nessa, do jeito que sempre foi, porque o jeito
1687 que sempre foi, Diamantina tem uma beleza arquitetônica e tal, (trecho
1688 incompreensível) mas é muito pouco em relação ao potencial, em relação
1689 à riqueza que saiu daqui e que pode sair. Então acho que a gente tinha
1690 que realmente sair dessa clandestinidade e beneficiar toda a sociedade.
1691 Fundamentalmente são as famílias dos próprios trabalhadores da
1692 atividade, os garimpeiros, enfim. Obrigado.” Conselheira Bruna de Souza
1693 Otoni: “Bruna, JQ2. Só complementando (trecho incompreensível) e
1694 também corre a discussão (trecho incompreensível) JQ1 que está inserida
1695 na nossa (trecho incompreensível) e aí a gente coloca, eu coloco à
1696 disposição para essa interlocução para a gente levar essa discussão para
1697 reforçar essas questões. E para dizer que (trecho incompreensível) esses
1698 impactos ao longo da bacia, e (trecho incompreensível) também para
1699 estudar a fundo, (trecho incompreensível) estudar essa questão da
1700 emancipação, a gente possa (trecho incompreensível) porque hoje na
1701 bacia do Jequitinhonha (trecho incompreensível) nós não temos
1702 enquadramento. Se a gente estuda o enquadramento, sabe onde é o
1703 enquadramento na bacia, a gente vai definir esses rumos muito bem, e aí
1704 a gente estudar aonde tem mineração (trecho incompreensível), e aí a
1705 gente consegue chegar, a partir do enquadramento, em um ponto ali
1706 específico de como tratar aquele impacto em determinados locais. Então
1707 se a universidade está à disposição de a gente conversar sobre o
1708 enquadramento junto com o IGAM também, que é um estudo muito caro, a
1709 gente sabe que o estudo tem que analisar toda bacia, mas aí me coloco à
1710 disposição para fazer interlocução com todos os três comitês para que a
1711 gente consiga avançar.” José Maria Leal: “Boa tarde a todos. Meu nome é
1712 José Maria Leal, eu sou professor da Universidade Federal do Vale
1713 Jequitinhonha e Mucuri, no curso de Engenharia Geológica. O curso de
1714 Engenharia Geológica é um curso relativamente novo na universidade, ele

1715 vai fazer 05 anos agora. E a minha atuação nesse curso como professor,
1716 eu sou professor do curso de Cristalografia e Gemologia e de Mineralogia.
1717 Então, dentro desse escopo dessas disciplinas, nós desenvolvemos um
1718 trabalho de (trecho incompreensível) públicas e desenvolvimento regional
1719 da Universidade Federal do Vale Jequitinhonha e Mucuri. Como vocês
1720 sabem, a Universidade Federal do Vale Jequitinhonha e Mucuri é a única
1721 universidade que tem no norte de Minas, então aqui no Brasil, os
1722 brasileiros, é muito blábláblá, é muita (trecho incompreensível) é muito
1723 isso, então as coisas aqui vão passando, vão passando, vão passando, e
1724 as coisas necessárias e reais para que esse país consolide como uma
1725 nação, como uma pátria de todos, independente de cor, de ideologia
1726 (trecho incompreensível) esquerda ou se é direita, ninguém aqui está
1727 interessado num Brasil assim. O Brasil é um país de extensão continental,
1728 riquezas naturais infindáveis. Nós brasileiros não sabemos o que nós
1729 temos, não existe estudo profundo. Essa questão do meio ambiente é uma
1730 questão agora cada vez mais claramente vai ficar cada vez muito, muito
1731 mais séria, vocês não imaginam, porque o que vai trazer essa nova era é a
1732 questão ambiental. Então o meio ambiente também é fundamental para
1733 (trecho incompreensível) nós temos que atender a essas novas
1734 tendências. E não existe nada, nada neste mundo que a engenharia não
1735 resolva. A única coisa é a morte. Então, existe dentro do setor público, o
1736 quê que há? Existe muita conversa e muita rotatividade. Toda hora. Eu
1737 conversei aqui com o senhor hoje, mas eu não sei se o que nós vamos
1738 falar aqui vai valer amanhã, porque não sei se o senhor vai continuar no
1739 seu cargo amanhã, assim como o senhor, assim como todos desse país,
1740 porque nesse país não existe noção de nacionalidade de nós brasileiros.
1741 Existe uma usurpação. Nós somos uma colônia até hoje. Antes traziam
1742 espelhos, hoje dão celulares. E todo o desenvolvimento tecnológico, ele
1743 passa pela mineração. Não existe desenvolvimento da humanidade se não
1744 for através da mineração. E o critério? Nenhum critério (trecho
1745 incompreensível) e nosso país, de toda economia do país vem da
1746 agricultura e da (trecho incompreensível). Então não existe
1747 desenvolvimento sem essas duas áreas, e quem mais polui não é a
1748 mineração. Falamos sobre garimpo na DN é uma coisa muito cirúrgica ali,
1749 10km, mas o que mais contamina é a agricultura, é a agricultura. Nós já
1750 estamos fazendo trabalhos de mestrado aqui na universidade que provam
1751 que todo o rio Jequitinhonha está sendo assoreado, está sendo
1752 contaminado pela agricultura. Mas a agricultura dá comida no nosso prato,
1753 ninguém fala. Não é? Mas a mineração todo mundo sataniza, mas
1754 ninguém... Tira aí o celular, quem fica sem isso aqui hoje? Quem fica?
1755 Ninguém fica. O que nós estamos vendo aqui? Tecnologia. Toda
1756 tecnologia, ela vem da mineração, ela vem dos minerais, e hoje a
1757 tecnologia é outra realidade, enquanto nós estamos discutindo coisas,

1758 perdendo tempo, o mundo está a mil por hora. Nós temos um trabalho aqui
1759 de políticas públicas que é o que? O arranjo produtivo local, que agora já é
1760 regional, pegar todos os garimpeiros, hoje não tem mais essa ideia de
1761 garimpeiro (trecho incompreensível), hoje nós estamos organizando
1762 cooperativa e estamos mudando esse paradigma de garimpeiro. Hoje é
1763 mineração de pequena escala. Uma mineração que tem escala, ela tem
1764 que ter as mesmas obrigações ambientais, sociais, econômicas, de uma
1765 grande. A diferença é a escala. Então nós estamos com um trabalho aqui
1766 já pioneiro, estamos já montando cooperativa lá em Senador Mourão, lá
1767 em Valadares, nos Cristais. O que eles fazem? Tiram os cristais, que a
1768 gente chama de (trecho incompreensível), são os melhores, e o resto joga
1769 fora. O quê que é resto? É chip, é fibra ótica, é vidro, é cerâmica, tudo isso
1770 sendo jogado fora. Então o que está faltando nesse país, o que é mais
1771 difícil, é mexer com a cultura, é uma cultura de 300 anos de teimosia, e
1772 isso, como o doutor falou, cadê o dinheiro? Cadê os diamantes? Cadê os
1773 cristais? Cadê tudo? Nós nunca vamos ver, porque a cultura desse país é
1774 colonialista, é despojar, de dilapidar tudo. Há 500 anos isso está
1775 acontecendo. Antes nós víamos TV, hoje é celular. Cadê a nossa riqueza?
1776 Então nós temos que mudar essa cultura. (Trecho incompreensível) com
1777 trabalho, fizemos uma feira de minerais e gemas, fizemos um simpósio
1778 sobre o arranjo produtivo, fizemos cursos de qualificação, sabe com
1779 quantos reais? Nenhum, nenhum centavo, zero. Uma feira de 4 dias, com
1780 simpósio, vários cursos. É dinheiro? Não. Não é dinheiro. Esse país tem
1781 dinheiro demais, tanto é que estão roubando. Roubam. E se tiver mais,
1782 vão roubar tudo que tiver, porque não é dinheiro, é cultura. Quando nós
1783 paramos de ficar nesse blábláblá, meio ambiente é irreversível. Isso não
1784 existe mais. Em uma das palestras, um da Agência Nacional de
1785 Mineração, falou: 'Não somos nós, é o meio ambiente', então tem que
1786 colocar isso na cabeça, e não existe nada, absolutamente nada que a
1787 engenharia não resolva. Então no estado tem muitos gestores, mas não
1788 tem nenhum técnico. Cadê nosso técnico? Então eu estou fazendo um
1789 protesto em nome de todos os engenheiros, porque nós estamos sendo
1790 colocados de fora desse desenvolvimento desse país. E eu não acredito
1791 que as transformações sociais que esse país está precisando, que não
1792 saíam dos bancos da universidade. Então para quê que nós estamos
1793 utando por uma universidade pública, gratuita e de qualidade? Se quando
1794 os técnicos formam, não tem trabalho. Cadê? Onde está esse país? Onde
1795 que está a noção de ser brasileiro, de ser cidadão, de construir um país
1796 para todos, não só para o futuro, mas para o presente, porque eu estou
1797 vivendo aqui agora, eu tenho que lutar para o meu tempo aqui agora
1798 também, mas não posso esquecer do tempo das minhas netas. Então nós
1799 estamos com trabalho de desenvolvimento regional, criando cooperativa,
1800 nós estamos fazendo um diagnóstico do parque de Curvelo (trecho

1801 incompreensível) e estamos concluindo agora Araçuaí. Então eu peço a
1802 todos que se tiverem dinheiro, nós estamos precisando é de dinheiro para
1803 pôr as coisas para funcionar. Temos cursos de lapidação de cristal,
1804 lapidação de diamante, joalheria, desenho de joias, e uma série de coisas.
1805 Então, muito obrigada.” Conselheiro Talles Guedes de Matos: “Boa tarde a
1806 todos. Primeiro, gostaria de agradecer a todos (trecho incompreensível) ter
1807 oportunidade de presenciar uma discussão tão sadia e necessária para a
1808 região. Apesar de eu ser natural de Conceição do Mato Dentro, eu me
1809 considero em Diamantina há 05 anos, pois é uma cidade que me recebeu
1810 de braços abertos, não tem como eu não ter a cidade como minha cidade.
1811 Não (trecho incompreensível) não só em Diamantina, como no estado, no
1812 país, (trecho incompreensível) também problema meu. Só reforçando,
1813 ocorreu essa (trecho incompreensível) foi no Mercado Velho (trecho
1814 incompreensível) de 2019. Talvez para quem tenha passado, tenha
1815 parecido uma feira humilde, mas estamos aí realmente fazendo um
1816 trabalho de formiguinha. Gostaria que no próximo ano, que vai ocorrer a
1817 3ª, a 4ª, a 5ª, a 6ª, a 100ª, pelo simples fato, como já foi dito pelo
1818 professor, nós vivemos em um país onde nós temos o melhor, o melhor
1819 dos minerais, o melhor das gemas. (Trecho incompreensível) apesar de eu
1820 não ter ido para o exterior, ter oportunidade de ir em museus que estão
1821 expondo o que há de melhor no mundo na nossa área, na área da
1822 mineração, na área de geologia, não será nenhum problema encontrarmos
1823 dentre as (trecho incompreensível) expostas, as melhores e mais bonitas
1824 são daqui. Então, nós da região precisamos sim discutir (trecho
1825 incompreensível), precisamos sim correr atrás da forma correta. Temos
1826 que entender que os garimpeiros têm em si um acúmulo de conhecimento
1827 imensurável. Temos aqui a universidade com professores extremamente
1828 capacitados, e temos também, não desvalorizamos os nossos garimpeiros.
1829 Eu gostaria de ressaltar que nesse país muito tem dito sobre o crime, que
1830 é crime, o que a lei deve ou não deve fazer. Eu não sei. A minha idade
1831 talvez seja (trecho incompreensível) do conhecimento que os senhores
1832 têm agregado, mas eu lhes digo, eu me recuso a ver a mão calejada como
1833 uma mão criminosa. Eu me recuso ver uma mão calejada como uma mão
1834 criminosa. Sabemos nós que nos últimos tempos que quem rouba, não
1835 sequer vê a luz do sol queimando o seu rosto. Como dizer que o
1836 Jequitinhonha não tem como receber garimpeiro mais? Eu não consigo
1837 imaginar o Jequitinhonha sem um garimpeiro com a sua bateia na mão. Eu
1838 não consigo. Talvez seja ignorância da minha parte, talvez eu não consiga
1839 ter compreendido tudo que foi dito, eu tenho certeza que parar a partir
1840 dessa discussão e entender os que já tiveram, nós teremos sim
1841 Diamantina como uma cidade de referência mundial não só na produção
1842 que foi feita durante a história, mas (trecho incompreensível) receberá
1843 grandes ventos relacionados a minerais, e as transformações que serão

1844 feitas em conjunto com a universidade que aqui se apresenta de boa
1845 vontade, devem ser sim abraçadas. Tendo a oportunidade, já que estamos
1846 aqui discutindo diante de pessoas de intelecto tão alto, podemos dizer ‘a
1847 elite intelectual do país’, né? Vamos ter boa vontade, vamos olhar para os
1848 garimpeiros, vamos fazer as coisas corretas. Nós precisamos de fazer com
1849 que o nosso país seja revertido as nossas riquezas para as pessoas que
1850 aqui estão. Não é mais possível que a gente feche os olhos para todos os
1851 problemas que têm tido na região. Então gostaria de agradecer a palavra e
1852 agradecer todas as explicações que foram colocadas e, como todos,
1853 tenho certeza, me coloco à plena disposição de dedicar não só o meu
1854 conhecimento, eu estou em formação, como a minha vida, porque esse
1855 país é nosso, nós precisamos pegar o que é nosso. Não podemos fechar
1856 os olhos para uma população tão trabalhadora como os garimpeiros,
1857 passarem fome. Como é, (trecho incompreensível) num país tão grande,
1858 pessoas que trabalha passarem fome? Ser cerceado de alimentar sua
1859 própria família? Eu gosto muito de (trecho incompreensível) aqui na região
1860 (trecho incompreensível) e a poucos dias atrás, eu tive a oportunidade de
1861 ouvir, foi até no dia em que houve a visita do governador aqui na nossa
1862 cidade, um garimpeiro pedir para que alguém ajudasse a colocar dentro da
1863 sua casa, comida. É triste. Eu não sei o quê que vocês pensam, mas um
1864 trabalhador de mão calejada não ter condição de dar dignidade real (trecho
1865 incompreensível) isso me fere muito. Então, como eu disse, gostaria de
1866 agradecer a todos essa oportunidade de estar aqui, tanto falando quanto
1867 ouvindo, e me colocar à disposição e eu tenho certeza que como todos
1868 nós estamos querendo um caminho correto, esse caminho deixa de ser
1869 uma possibilidade e passa a se tornar uma realidade. Muito obrigado.” **6.**
1870 **ENCERRAMENTO.** Cândida Cristina Barroso, Supram/JEQ: “Pessoal,
1871 estamos encerrando as inscrições, vou pedir ao doutor Robson que faça
1872 as considerações finais, Gilmar também, se quiser.” Gilmar dos Reis
1873 Martins, Supram/JEQ: “Ressaltar aqui que a SUPRAM Jequitinhonha está
1874 de portas abertas para discutir a temática, auxílios com relação à
1875 discussão de como regularizar, nós estamos à disposição. O que a gente
1876 pode ver aqui, perceber que todos segmentos não se encontra (trecho
1877 incompreensível) o que nós precisamos observar são as leis (trecho
1878 incompreensível) e as leis que existem estão aí para serem cumpridas,
1879 não existe, por mais que (trecho incompreensível) concorde em algum
1880 ponto que alguma lei não esteja adequada para a realidade, mas o que
1881 nós podemos fazer é buscar uma forma de tentar melhorar a legislação.
1882 Mas enquanto ela estiver vigente, nós precisamos cumprir. Então sempre
1883 ressaltar que nós estamos dispostos a dar qualquer esclarecimento que for
1884 necessário.” Robson Lucas da Silva, SEMAD: “Bom, senhores, para
1885 encerrar, apenas os agradecimentos à participação de todos. Eu tive a
1886 oportunidade de cada intervenção ressaltar a participação, o ponto alto,

1887 sob o ponto de vista de cada um participante, então agora só para
1888 encerrar, fico muito satisfeito de saber que a academia, aqui representada
1889 pelo nosso professor, também está disposta a colaborar e emprestar toda
1890 a sua inteligência, sua experiência para que a gente consiga com os
1891 resultados da engenharia, encontrar as soluções necessárias para que as
1892 nossas mãos calejadas, nossos trabalhadores possam ter dignidade.
1893 Então eu acho que nós conseguimos aqui participar todos de um evento
1894 que, na minha avaliação, está muito bem sucedido porque o SISEMA pôde
1895 colher muita contribuição de todos, e cada qual com sua visão, e tudo isso
1896 será levado em consideração para que a gente possa continuar no
1897 trabalho, ressaltando novamente, o mais importante, que queremos seguir
1898 a nossa trajetória, compatibilizando aí o desenvolvimento sustentável com
1899 o nosso ambiente ecologicamente equilibrado. Obrigado a todos e que nos
1900 próximos eventos a gente também tenha essa participação proativa de
1901 todos.” Cândida Cristina Barroso, Supram/JEQ: “Só para lembrar que
1902 quem não assinou a lista de presença, está ali na porta. Por favor, não
1903 deixem de assinar.” Presidente Suplente Eliane Piedade Alves Machado:
1904 “Bom, pessoal, pela URC então nós vamos encerrar, esgotada a nossa
1905 pauta, vamos dar por encerrada a reunião. Agradeço a participação de
1906 todos. Aos participantes que vieram motivados pelo diálogo com o
1907 SISEMA, nós informamos que essa Unidade Regional Colegiada se reúne
1908 ordinariamente, né? Trimestralmente. Toda a pauta e todos os
1909 documentos para discussão são disponibilizados no site lá da SEMAD, no
1910 COPAM, e a reunião pública também é aberta, então estendo aí o convite
1911 a vocês, universidade, aos estudantes, para que possam participar das
1912 reuniões da URC, até mesmo para compreenderem como que é o
1913 funcionamento dessa estrutura do COPAM, o que está sendo discutido,
1914 além da questão da operação de penalidades, a URC também ela é quem
1915 decide sobre intervenção ambiental, vegetação nativa, bioma mata
1916 atlântica, estágio médio e avançado, desvinculado do licenciamento
1917 ambiental, que muito provavelmente na nossa pauta nós vamos ter essa
1918 discussão. E também sobre a compensação florestal por intervenção do
1919 bioma mata atlântica, quando essa compensação, ela é proposta em uma
1920 área comum, ou seja, que não seja dentro de uma unidade de
1921 conservação, também é competência de decisão aqui da URC. Além
1922 também da finalidade dessa unidade de proposição aí de políticas públicas
1923 de conservação e preservação do meio ambiente. Então fica aí o convite
1924 estendido aos participantes para que tomem conhecimento das pautas,
1925 participem conosco aqui também. Então é uma oportunidade para os
1926 conselheiros que atuam aqui na região do Jequitinhonha, trazem também
1927 assuntos, problemas não só ambientais, mas da própria área de atuação
1928 de cada um deles, então é uma oportunidade também de socialização.
1929 Então muito obrigada a todos vocês, tenham uma boa tarde e um bom

1930 retorno. E agradeço aí a equipe da SEMAD, doutor Robson deu uma
1931 atenção muito grande para a gente aqui hoje, foi um privilégio ter a
1932 presença dele aqui, e agradeço então a participação aí da equipe que veio
1933 para trazer aqui a discussão do Diálogos com o SISEMA, através aí da
1934 (trecho incompreensível). Muito obrigada e bom retorno.”

**** **

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Presidente Diogo Soares de Melo Franco